

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 062/063

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE MAIO DE 2000**

(*segunda-feira*)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 548/2000, do senhor César Cláudio Moreira Giraldes, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de

Assistência Social/PR, no valor de R\$4.942,84, destinados a quitar as despesas de 1999 referentes a pessoas portadoras de deficiência. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 765/2000, do senhor Armando Raggio, secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo senhor deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre “Bancos de Sangue”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 63/2000, do senhor César Cláudio Moreira Giraldes, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Rede Abrigo/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a indicação do deputado Estadual Divanir Braz Palma, como deputado titular da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Combustíveis.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA
Líder do PST

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 920

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o desarquivamento do Projeto de Lei, de nossa autoria, de nº 063/98, que trata da Prevenção da Fibrose Cística e Atendimento aos Portadores de Mucoviscidose.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Por tratar-se de um Projeto de Lei de suma importância que virá beneficiar sobremaneira esta parte da nossa população que sofre deste tipo de enfermidade, necessitando ser medicada diariamente e não possuindo recursos para tal, achamos por bem dar continuidade a tão importante Projeto de Lei.

REQUERIMENTO Nº 949

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja determinada a divulgação, a

todos os parlamentares desta Casa, da lista de nomes mencionada pelo nobre deputado Algaci Tulio, no seu pronunciamento em tribuna, nesta data, os quais estariam de alguma forma relacionados com o senhor Paulo Mandelli, apontado como proprietário de “desmanches” de veículos.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 925

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar, pelo falecimento de Cleto Mazocco, ocorrido ontem, domingo, 28 de maio, em Francisco Beltrão - PR.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Cleto Mazocco, faleceu domingo último, em Casa Hospitalar de Francisco Beltrão-PR, onde se encontrava a vítima de derrame cerebral, causando surpresa e consternação a familiares e elevado número de amigos.

Nascido em 26 de outubro de 1951, Cleto Mazocco residia em Barracão, onde foi vereador e participava ativamente da vida política, principalmente na região sudoeste do Paraná.

O falecimento de Cleto Mazocco, de forma tão abrupta e inesperada, constitui uma perda irreparável para seus companheiros e para todos aqueles que acreditam na democracia e é com enorme tristeza que fazemos este requerimento, contando com o apoio dos nobres Pares para esta última homenagem a essa figura que tanto ofereceu de seu esforço em prol da comunidade a que pertencia.

REQUERIMENTO Nº 942

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Elói Catani.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em Guaporema o senhor Elói Catani que deixou viúva dona Méris Catenacci Catani e filhos.

A senhora Méris é a atual presidente do Diretório Municipal do PMDB de Guaporema.

O passamento do senhor Elói Catani veio abrir enorme lacuna no seio da família, bom como de seu vasto círculo de amigos entre eles este Parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Elói.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Elói Catani, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do senhor Elói Catani para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Elói sob Sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor, que abalou a família Catani, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 943

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro de voto de pesar nos Anais desta Casa, pelo falecimento do Monsenhor Antonio Ferraz Junior, da paróquia de Loanda.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

As comunidades cristãs da paróquias de Loanda, Santa Isabel do Ivaí e Paraíso do Norte encontram-se de luto pelo prematuro falecimento do Monsenhor Antonio Ferraz Junior, ocorrido no último dia 23, na cidade de Loanda.

No exercício do seu sacerdócio, o prateado fez por merecer a consideração, o respeito e a admiração de todos os seus paroquianos e de todos que tiveram a ventura de participar do seu convívio.

Que, da decisão, se dê ciência às paróquias mencionadas através da Diocese de Paranavaí.

REQUERIMENTO Nº 922

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão votos de congratulações a Universidade Federal do Paraná pela inauguração da nova sede do centro de Ciências Florestais e da Madeira, Campus III, no próximo dia 30 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 932

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Consulado Geral da Itália, alusivos ao Dia Nacional da Itália, a ser comemorado no próximo dia 2 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao cônsul geral da Itália senhor Gianni Piccato, através de correspondência a ser encaminhada, a Rua Marechal Deodoro 930, CEP 80010-010, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 933

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Universidade Federal do Paraná, UFPR, alusivos a inauguração da nova sede do Centro de Ciências Florestais e da madeira, que ocorrerá no próximo dia 30 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor reitor professor doutor Roberto Antunes dos Santos, através de correspondência a ser encaminhada, a Av. Prefeito Lothário Meissner, 3400, CEP 80210-170, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 934

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Emater, alusivos aos 44 anos de extensão rural, ocorrido no último dia 20 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor Ernesto Niederheithmann, através de correspondência a ser encaminhada, a Rua da Bandeira 500, CEP 80035-270, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 935

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Maternidade Nossa Senhora de Fátima, alusivos a posse da nova diretoria, ocorrido no último dia 22 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao diretor clínico doutor Cristovom Costa Amaral, através de correspondência a ser encaminhada, a Av. Visconde de Guarapuava, 3070, CEP 80010-100, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 936

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (Rua José Loureiro, 43, Curitiba), pela comemoração de seus 100 anos.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, está comemorando cem anos de existência (24 de maio de 2000).

Foi a partir do idealismo do jovem Romário Martins, que havia publicado o livro História do Paraná em 1899, que surgiu a idéia de se criar no Paraná um instituto histórico e geográfico nos moldes do brasileiro, que já existia desde 1838. Ele reuniu vários companheiros e em 24 de maio de 1900, numa reunião no Clube Curitibano, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, que tinha como principal propósito fazer em um ano o que exigiria dez anos de trabalho disperso em favor da historiografia e geografia paranaense.

A longa vida reservada ao instituto está gravada em suas paredes. Na sede da José Loureiro, os ambientes ornamentados com a galeria de retratos dos antigos presidentes, os brasões e o auditório em que estão enfileiradas as curitibaníssimas cadeiras do Móveis Cimo lembram o passado e celebram a cada tradicional chá das terças-feiras, das 14:30 horas às 16:30 horas, quando 10 dos associados comparecem regularmente. Nestas ocasiões, um dos participantes faz uma palestra com duração de 20 a 40 minutos.

Para participação no instituto, não é preciso ser historiador, mas ter uma produção historiográfica, ainda que diletante. O sócio mais velho do instituto é o decano Astrogildo de Freitas, de 98 anos e a sócia mais jovem é Anita Zippin, de 47 anos. A última a ingressar no instituto foi Isa Zilli. O instituto conta com cerca de 300 sócios. Destes 80 são mulheres, sendo que a primeira foi

Julia Wanderley Petrich, em 1916. Uma outra sócia ilustre é Cecília Westphalen, filiada em 1954.

O atual instituto, construído entre 1952 e 1954, tem 600 m2 e conta com auditório, sala de reuniões e biblioteca distribuídos em dois andares. Autônomo, o grupo se mantém com as mensalidades, de R\$10,00 ao mês. A biblioteca do instituto, com 25 mil livros distribuídos em dois setores, o paranista e o brasileiro, é um dos acervos mais importantes do estado. Uma parte significativa da coleção, 1049, volumes é oriunda do acervo do pesquisador Júlio Moreira e foi doado pela família em 14 de setembro de 1978.

Ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, pela comemoração de seus 100 anos de existência, receba, através de seu atual presidente, doutor Lauro Grein Filho, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 937

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Santuário Schoenstatt (Rua Padre José Kentenich, nº 500, Campo Comprido, pela comemoração de seus 15 anos.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Santuário da Mãe, Rainha e Vencedora Três Vezes Admirável de Schoenstatt (que significa Belo Lugar), na Alemanha, no dia 18 de outubro de 1914. Nesta data o padre José Kentenich e um grupo de seminaristas selaram uma aliança de amor com Nossa Senhora, pedindo que Ela se estabelecesse em uma capelinha situada no jardim do seminário. A Mãe Rainha atendeu o pedido e a pequena capela transformou-se em um Santuário de Graças e centro de um movimento internacional de renovação religiosa e moral do mundo, em Cristo, por Maria.

O movimento apostólico de Schoenstatt tem como finalidade a formação do homem novo, na nova comunidade. Nesse empenho, utiliza como meios de auto-educação, a vida e a ação comunitárias e a atuação apostólica em todos os campos. Fazem parte da obra, homens, mulheres, jovens, famílias, sacerdotes e irmãs.

O fundador, Padre José Kentenich, foi uma pessoa escolhida por Deus. Com amor ele aceitou a missão que lhe fora confiada. Durante a perseguição do Nazismo, esteve preso por mais de 3 anos no campo de concentração de Dachau e em 1951 a 1965 por determinação eclesiástica, foi afastado de sua obra. Ele faleceu em 15 de setembro de 1968 e em 19 de fevereiro de 1975 foi aberto o seu processo de canonização.

O Santuário de Curitiba, um dos 14 que existem no Brasil, é zelado pelas irmãs de Maria de Schoenstatt. Elas têm a missão de cuidar e atender a todos os romeiros e

visitantes que passam por lá, já que este lugar de graças é visitado por dezenas de pessoas, diariamente.

Pela comemoração dos 15 anos de sua fundação, recebam as Irmãs de Maria de Schoenstatt, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal “O Comércio” de União da Vitória, pela passagem do seu 69º aniversário de fundação no próximo dia 11 de junho.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à direção daquele semanário, para que receba e cumprimente todos os colegas de trabalho em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Fundado pelo saudoso jornalista Herminio Milis, o Jornal “O Comércio” mantém ao longo de seus 69 anos, um serviço de qualidade, fruto de visão administrativa de seus dirigentes e colaboradores ao longo dos anos.

É indubitável segundo o acompanhamento que temos feito ao longo dos anos, o sucesso do jornal está ligado a dedicação de seus diretores e assessores.

Devemos honrar aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e as gratidão de seus semelhantes.

Certo poeta dizia: “O homem torna-se útil à medida que demonstra seus conhecimentos. Só os efeitos positivos podem marcar a presença do homem na vida”.

Passaram-se os séculos, mas a voz do futuro vai marcando a figura daquele que realizou alguma coisa, especialmente pelo bem público.

O jornal O Comércio transmite a verdade e a paz semeando a esperança com expressão da vontade majoritária de seus leitores e posição amadurecida com o papel de informar e formar a opinião pública, que abraça com vocação sobretudo com amor.

“Para quem caminha em direção ao sol, é sempre madrugada”.

(Helena Kolody)

Por isso, é de todo justo este reconhecimento do Poder Legislativo do Estado do Paraná, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência.

REQUERIMENTO Nº 941

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao doutor José Eduardo de Andrade Vieira, pelo final feliz com a erradicação da febre aftosa no Estado do Paraná, e conseqüente

obtenção do certificado de área livre, título esse concedido pela Organização Internacional de Epizootias.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor José Eduardo de Andrade Vieira.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná obteve em Paris, certificação de área livre da febre aftosa, título concedido pela Organização Internacional de Epizootias.

Temos plena consciência que o grande avanço no controle da febre aftosa, com a preocupação de ganhar mais espaço no mercado mundial, iniciou em 1993 com o Ministro da Indústria e Comércio, doutor José Eduardo de Andrade Vieira, que tinha conhecimento que o aumento das exportações em que estava empenhado, teria que fatalmente passar pela erradicação da febre aftosa, bem como outras medidas de sanidade animal.

Em 1995, o doutor José Eduardo de Andrade Vieira assumiu o Ministério da agricultura verificando que o Banco Mundial estava rompendo o contrato com o Brasil, que, em consequência, perderia uma grande oportunidade.

O paranaense, doutor José Eduardo de Andrade Vieira, na condição de Ministro da Agricultura, retomou as negociações com o BID, reunindo todos os Estados para o relançamento do programa. Os Estados perceberam, então, que a erradicação da febre aftosa era muito mais que uma medida profilática relacionada com a saúde animal e humana. Mas se tratava da pré-condição básica para aumentar as exportações.

O certificado de área livre foi concedido por unanimidade pelos países signatários. Com isso, o Paraná volta a exportar depois de 20 anos distante do mercado europeu de carne bovina.

As entidades ligadas ao setor agropecuário, iniciam agora um trabalho para viabilizar o comércio internacional.

Por esta, e outras razões, a Assembléia Legislativa, por intermédio deste deputado, cumprimenta efusivamente o doutor José Eduardo de Andrade Vieira.

REQUERIMENTO Nº 945

Senhor Presidente.

O deputado estadual que firma o presente, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER, o envio de votos de congratulações a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater-PR, na pessoa do seu diretor presidente, senhor Rubens Niederheitmann, pela data comemorativa de 44 anos da criação do serviço público de extensão rural do Paraná, cujo trabalho e assistência prestados aos produtores rurais deste Estado é incontestável, uma vez que os resultados proporcionados sucessivamente, ao transcorrer dessas quatro décadas, evidenciam o quanto foi acertada a iniciativa para congregar esforços e canalizar energia para a expansão e melhoria da agropecuária paranaense.

Sem temeridade, esta Casa Legislativa poderá render a sua mais efusiva homenagem a Emater-PR, pelos seus 44 anos de existência, já que ação abnegada, permanente e quase missionária de seus técnicos, funcionários e diretores, ao longo desse tempo, está retratada nos pujantes campos agrícolas, que com as suas fartas produções, colocam o Paraná entre os gigantes da agricultura brasileira.

Caso aprovado o que se requer, o requerente so-licita que seja dado ciência ao diretor presidente da Emater, a Rua da Bandeira, 500 - 80035-270 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 950-A

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Hospital de Caridade de Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, pela passagem de seu 120º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao provedor doutor Ivo Clemente Juliatto para que receba e transmita a todos os componentes da Diretoria, auxiliares e colaboradores, o respeitoso reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Caridade de Santa Casa de Misericórdia de Curitiba foi fundada em 22 de maio de 1880, com a presença honrosa de importantes autoridades, entre as quais o imperador Dom Pedro II e Dona Thereza Cristina.

Não há palavras que traduzam a alegria e a satisfação, neste momento feliz, em que se concretiza a passagem do 120 aniversário de fundação do Hospital de Caridade de Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que se comemora um sonho de tão longa data acalentando por todos os corações bem informados.

Abrir um hospital onde o povo encontre socorro e alívio para as suas dores, se me afigura uma realização de tal monta que não há de ser com frases encomiásticas que haveremos de louvar aqueles que com tanto desvelo conseguiram levar a cabo tão meritório empreendimento durante os longos 120 anos.

Seus nomes ficarão gravados no coração do povo desta terra paranaense, com o estilete da gratidão imorredoura.

Abençoados sejam aqueles que para mitigar a dor alheia, souberam sacrificar algo de seu, Deus lhes há de levar à conta tão nobre ação.

REQUERIMENTO Nº 950-B

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo senhor presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e ao Excelentíssimo senhor José Serra ministro da saúde pela iniciativa da proibição da propaganda do cigarro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao senhor presidente da República e ao Excelentíssimo senhor ministro da Saúde, bem como ao Excelentíssimo senhor Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado e deputado Michel Temer, presidente da Câmara.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O governo federal, anunciou o início de uma nova e ampla campanha ofensiva publicitária contra o fumo com o encaminhamento ao Congresso Nacional de um projeto de lei proibindo a veiculação de campanhas publicitárias de cigarros nos veículos de comunicação, outdoors eventos esportivos e culturais.

São evidentes os malefícios trazidos pelo fumo, não só para os fumantes ativos, como passivos, pois o tabagismo representa um dos mais graves problemas de saúde pública em todo o mundo, sendo considerado pela organização Mundial de Saúde uma epidemia que compromete tanta a saúde como o meio ambiente e a economia.

Cabe ao governo desenvolver ações educativas, como parte da estratégia para o controle do tabagismo, firmemente respaldas pela legislação.

Que se conclame a população a não fumar e, aos fornecedores de opinião, que emprestem e usem suas imagens e exemplos que contribuam para a saúde da população.

Estamos certos que o Congresso Nacional encamparam a iniciativa para torná-la realidade no maior espaço de tempo possível.

REQUERIMENTO Nº 944

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o registro de moção de louvor, nos anais da Casa, endereçado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos, pela conquista do Certificado de Qualidade Isso 9002, conferido pelo Instituto Tenológico do Paraná - Tecpar.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Conforme o comunicado pelo secretário Hitoshi Nakamura, da Sema, este título de reconhecimento nacional e internacional, coloca o Paraná na área do Meio Ambiente, como referência em termos de qualificação organizacional, o que, ao lado da elaboração e execução de bons projetos da área ambiental, nos dará credibil-

idade junto aos organismos de todo mundo, como parceiros das ações ambientais do Estado.

REQUERIMENTO Nº 921

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente ao senhor Juan Ramon Aviles, diretor presidente da Telepar S.A., solicitando que seja instalado com a máxima urgência um telefone público para atender aos alunos, professores e funcionários e moradores próximos ao Colégio Estadual Evaldo Talyuly, distrito de Luz Marina no município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 923

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente a senhora Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação, encaminhando solicitação da Câmara Municipal de Cafelândia no sentido que seja revisto com a máxima urgência o projeto que prevê a extinção das escolas estaduais de 5ª a 8ª séries com menos de 160 alunos matriculados, devemos salientar que ocorrendo esta extinção certamente trará enormes transtornos para o corpo docente e discente em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 924

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente aos deputados federais da Bancada do Paraná, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon e xerocópia da Carta Aberta à comunidade Rondonense no sentido que seja revisto com a máxima urgência o Estatuto do Menor e do Adolescente, pois muitos adolescentes delinquentes estão sendo beneficiados pela referida lei, com isto trazendo um enorme problema para a sociedade e afetando diretamente aos jovens que acabam sem punição adequada tornando-se futuramente em marginais de alta periculosidade.

Salientamos ainda que estamos recebendo vários telefonemas e correspondência dos eleitores que representamos em nosso Estado, preocupados com o aumento do índice de criminalidade e violência entre os nossos jovens que irá gerar no futuro enormes transtornos para toda a nossa ordeira população.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Giovani Gionédís, secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações quanto às auditorias no Banco do Estado do Paraná sobre contas fantasmas encontradas e, ao mesmo tempo, indicação dos responsáveis pelas aberturas destas contas na instituição.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em função das veiculações pela imprensa da existência de contas bancárias fantasmas no Banestado com repercussão no seio da sociedade e os levantamentos feitos pelo Ministério Público de Londrina, é que se justifica esta solicitação, aguardando aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 948

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo senhor desembargador Sidney Zappa, presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitado a Sua Excelência o envio de projeto de lei à Assembléia Legislativa ou de uma emenda aditiva ao projeto de lei que cria o Código de Organização Judiciária do Estado do Paraná, visando a elevação da comarca de Guarapuava à entrância final.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A elevação da comarca de Guarapuava de entrância intermediária para final tem o apoio dos advogados e vai melhorar a estrutura administrativa o Poder Judiciário, em benefício de juízes e promotores públicos.

Guarapuava é uma cidade com mais de 150.000 habitantes onde os pleitos judiciais são inúmeros, sobrecarregando o fórum e dificultando a prestação jurisdicional.

Isso desprestigia as instituições e não pode acontecer, pois num Estado democrático de direito o Poder Judiciário ocupa posição de realce, já que resolve conflitos entre os cidadãos e diz sobre a aplicação das leis.

REQUERIMENTO Nº 947

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Ilustríssimo senhor Ingo Henrique Hubert, presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia, solicitando as seguintes informações:

- qual a motivação que levou o governo a adquirir 45% (quarenta e cinco por cento) das ações da Sercomtel S.A., sem licitação e sem que tenha sido em leilão público;

- quais as razões que levaram a Copel, o município de Londrina e a Sercomtel S.A. a realizarem uma operação triangulada entre a Copel, Banco Financeiro e Industrial de Investimentos S.A. e Banco FonteCindan S.A. na qual a Copel pagou R\$ 39.833.405,00 (trinta e nove milhões, oitocentos e trinta e três mil e quatrocentos e cinco reais);

- cópias dos contratos firmados em 23.09.96 e 02.03.98;

- cláusula terceira, inciso I do Contrato de Compra e Venda de Ações (entre Copel/município de Londrina);

- cópias dos contratos, instrumentos particulares datados de 23.12.97, 05.01.98 e 16.03.98, conforme inciso II, da cláusula terceira do Contrato de Compra e Venda de Ações, no valor de R\$17.338.280,00 (dezesete milhões, trezentos e trinta e oito mil e duzentos e oitenta reais);

- Informar datas e valores citados nas cláusulas III, IV, V e VI do mesmo contrato;

- cópia das minutas citadas na cláusula IV do citado contrato;

- cópia dos respectivos depósitos bancários.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em face dos levantamentos afetados pelo Ministério Público de Londrina, onde foram constatadas sérias dificuldades sobre a legalidade da operação e a importância estratégica da Copel para o desenvolvimento do Paraná, é que solicito tais informações.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 165/00

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a proceder abertura de linha de crédito especial, junto a Caixa Econômica Federal, destinada ao financiamento de automóveis particulares para os membros das Corporações da Polícia Civil e Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 2º - Serão beneficiados por esta lei os membros das Corporações da Polícia Militar e Polícia Civil que receberem saldo ou remuneração até R\$1.000,00 (mil reais).

Art. 3º - O prazo para o financiamento é de 120 (cento e vinte) meses, com parcelas fixas sem juros ou correção monetária, descontadas em folha de pagamento.

Parágrafo Único - Cada membro da Polícia Civil e Militar não poderá contratar mais de um financiamento por vez.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A crise nacional pela qual atravessam os órgãos de Segurança Pública dos Estados, não pode afetar as Corporações da Polícia Civil e Militar do Estado do Paraná, sobejamente eficazes no desempenho de suas funções, sendo consideradas pela opinião pública uma das melhores do Brasil.

A medida proposta tem objetivo prático e realista, resgatando a imagem das supra citadas Corporações através de seus membros, viabilizando a estes adquirir automóveis particulares por meio de financiamento, provendo seu transporte.

Fato comum é observar-mos policiais militares e civis, no interior de coletivos, expondo inevitavelmente suas armas, caminhando quilômetros até suas casas, após deixar um plantão, transformando-se em potencial alvo de represálias por parte de marginais, expondo a fragilidade de segurança dos próprios policiais, denegrindo a imagem das corporações.

O financiamento proposto, pelo prazo de 120 (cento e vinte meses), com parcelas fixas, sendo descontado em folha de pagamento, amenizaria em parte o problema supra exposto.

Sendo assim, pela real e eficaz prestação de serviços das Polícias Civil e Militar em favor da comunidade paranaense, estando presentes em todos os municípios garantindo a segurança da população, combatendo o crime em todas as suas formas de manifestação, através de seus membros, esperamos contar com o apoio dos senhores deputados para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 166/00

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Provo-par Municipal da Lapa, com sede e foro no município da Lapa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Programa do Voluntariado Paranaense - Provo-par Municipal da Lapa tem por objetivo lutar pelos interesses comunitários e proceder a sua defesa,

desenvolvendo trabalhos e atividades visando a integração cultural, desportivo, recreativo e de natureza social da comunidade de Lapa.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 167/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica a Codapar-Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, autorizada a doar à Uopecan-União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer, o imóvel sob matrícula 18.662, lote de terras nº 66-C, com área de 19.584 m2, com benfeitorias, localizado a Avenida Tancredo Neves, 2400, bairro Alto Alegre, no município de Cascavel.

Parágrafo Único - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela entidade beneficiária para a instalação de uma unidade de saúde para prevenção, diagnóstico e tratamento de pessoas com câncer. A referida entidade não poderá dar outra destinação ao imóvel, sob pena desta doação tornar-se sem efeito, revertendo o imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos, ficando, ainda, gravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei visa doar um terreno, que pertencia a antiga Copasa - Companhia Paranaense de Silos e Armazéns e conforme a Lei Estadual 9.570 de 15.02.91 foi transformada na atual Codapar - Companhia Paranaense de Desenvolvimento Agropecuário, para a Uopecan - União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer.

A Uopecan é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública Municipal (Lei nº 2.304/92 de 18/08/92), Utilidade Pública Estadual (Lei nº 11.276/95 de 21.12.95) e Utilidade Pública Federal, bem como está devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (nº 030/99); inscrita e autorizada no Conselho Nacional de Seguridade Social - CSAN.

A Uopecan é uma instituição que tem o privilégio de ser uma conquista da sociedade do Oeste do Paraná, pois surgiu do anseio desta comunidade, lideranças políticas, sociedade organizada, profissionais de saúde e populares que a organizaram e que junto com o Governo do Estado do Paraná (Secretaria de Estado da Saúde), a operacionalizaram, com o início das atividades em 6 de fevereiro de 1998.

Já tratou mais de 1000 pacientes, cumpre todas as exigências das leis reguladoras para seu funcionamento. Apresenta um sistema de registro de atendimento dos pacientes condizentes com serviços de referência nacional.

Tem seu Núcleo Regional de Tratamento Oncológico instalado anexo ao Hospital Regional de Cascavel e recentemente inaugurou, com a presença do Secretário Estadual da Saúde, doutor Armando Raggio e demais autoridades, a Casa de Apoio ao Paciente Oncológico, localizada no bairro Santo Onofre, com 1.200 m² e custo aproximado de R\$45.000,00, recursos vindos inteiramente da comunidade de Cascavel e região. Abriga 60 pacientes carentes da região que estiverem em tratamento no Centro Regional de Tratamento Oncológico. O mais importante é que a estadia é fornecida a custo zero para o paciente, graças a intensivos e constantes esforços desenvolvimentos na comunidade para a coleta de doativos de consumo diário.

A unidade da Codapar está desativada e o imóvel objeto deste projeto fica próximo ao Centro Regional de Tratamento Oncológico e a Casa de Apoio ao Paciente Oncológico.

A Uopeccan necessita deste imóvel para realizar a implantação de um projeto complementar ao que já está instalado, que seria uma Unidade de Prevenção, Diagnóstico Precoce dos Cânceres e um local para reabilitação física e psicológica dos pacientes adultos e crianças que tenham sido tratados de alguma neoplasia.

A Uopeccan é uma instituição que detém grande credibilidade da sociedade local, pois vem prestando atendimento de alta qualidade aos pacientes de câncer da região. Com a ampliação, através deste projeto, poderá aumentar a sua contribuição as pessoas daquela região, através da prevenção, diagnóstico e reabilitação, atingindo na sua quase totalidade os objetivos estatutários que são de difundir conhecimentos sobre câncer, prevenção, diagnóstico desta doença, além de assistir e orientar os doentes.

Ante ao exposto, peço o voto favorável dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 168/200

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as empresas concessionárias de serviço público de telefonia fixa, proibidas de cobrarem os serviços de valor adicionado e de DDI - Discagem Direta Internacional sobretarifado nas contas telefônicas do Estado do Paraná, sem que haja prévio e expresso assentimento do titular da linha.

§ 1º - Entende-se como serviço de valor adicionado o previsto no artigo 61 da Lei 9.472/97 (Lei Geral das Telecomunicações).

Art. 2º - A empresa concessionária de serviço de telefonia fixa que cobrar serviço de valor adicionado e DDI sobretarifado do consumidor que não tenha dado o consentimento prévio e expresso, fica obrigada a restituir o valor em dobro para o usuário.

Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo estadual fiscalizar e impor as seguintes penas, no caso de descumprimento da presente lei:

a) advertência na primeira notificação;

b) multa diária de 5.000 (cinco mil) UFIR's, na segunda notificação, até que a empresa cumpra esta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva a proibição da cobrança de serviço de valor adicionado e DDI - Discagem Direta Internacional sobretarifado, na conta telefônica do consumidor paranaense, sem que ele dê o prévio e expresso assentimento.

A Embratel e agora também a Intelig são as responsáveis pela realização de vários serviços de valor adicionado, notadamente os de prefixo "0900". Vêm, atualmente, burlando decisões judiciais e a própria fiscalização da Anatel, através de cobrança de DDI's sobretarifados, que nada mais são do que a prestação "disfarçada" dos serviços de "Disque sexo".

Os chamados serviços "especiais" ou de "valor adicionado", traduzidos, na grande maioria, em completa inutilidade ao cidadão, são os conhecidos "0900", constituídos pelos: "Disque-erótico, tele-sexo, disque-criança, disque-castelo da bruxa, disque-horóscopo, disque-piada, disque-novela; etc."

Referidos serviços, de natureza privada, são prestados por empresas alheias às concessionárias de telefonia, sem prévia solicitação do titular da linha, com a imposição de sobrepreço adicionado ao valor da tarifa telefônica e cobrança da fatura do telefone, sujeitando o consumidor ao desligamento da linha no caso de não-pagamento do serviço.

Os principais vícios do sistema são: ausência de autorização expressa do titular da linha; cobrança na conta do telefone (acarretando a possibilidade de desligamento da linha, por falta de pagamento); inexistência de um valor limite de ligações; ausência de informações sobre a possibilidade de bloqueio; cobrança embutida nos pulsos, no caso do 145 - "disque-amizade" (o consumidor só desconfia deste tipo de chamada quando percebe o aumento elevado dos pulsos). Afora isso, destaque-se a propaganda apelativa utilizada pelas concessionárias/provedoras, que buscam imoralmente a lucratividade às custas de um consumidor frágil e ignorante.

Não é raro o desabafo desesperado de chefes de famílias que não sabem como pagar as ligações do "tele-

sexo” ou dos “teles-infantis”, realizadas por seus filhos ou terceiros (empregadas e parentes), que aproveitam a sua ausência - regra geral decorrente da corrida ao sustento do lar - para “pendurar-se” nos telefones, em atendimento às propagandas apelativas da TV.

Criado originalmente com o objetivo de agilizar o convívio das pessoas, diminuindo distâncias, representando comodidade ao indivíduo, o serviço telefônico vem acarretando incríveis infortúnios na vida contemporânea.

Registre-se, ainda, que algumas concessionárias, como forma de justificar-se perante a opinião pública, passaram a não aceitar mais serviços de conotação erótica, que migraram para as linhas internacionais. Com as liminares contra os serviços de valor adicionado, outros serviços também migraram para essas linhas.

Esta forma de prestação dos serviços reveste-se de muito maior lesividade do que o serviço de valor adicionado “nacional”. Vale lembrar que existe previsão legal para o SVA, sendo apenas sua prática ilegal porque não se conforma com as obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Já o DDI sobretarifado não tem previsão legal. Assemelha-se, assim, ao contrabando, não gerando nenhuma obrigação de pagamento pelo usuário. Na verdade, o país de “destino” da ligação - sempre países pouco conhecidos - serve apenas para triangular ligação que tem origem e destino no Brasil, fugindo assim ao impedimento das concessionárias (ligações de tele-sexo) ou judicial (liminares).

Por outro lado, não recebe o usuário nenhuma informação de que ele está pagando a mais na conta telefônica do que pagaria por uma chamada internacional normal. No entanto, é fácil perceber a presença de DDI sobretarifado na conta, porque as chamadas, como dito, sempre tem como destino um país pequeno e desconhecido, para o qual ninguém, a menos que tivesse um parente diplomata, jamais chamaria.

Pretende-se, deste modo, obstaculizar a atuação inescrupulosa das empresas prestadoras de serviço no valor adicionado que agem em conluio com as telefônicas, amoldando o serviço às disposições do Código de Defesa do Consumidor. Igualmente, pretende-se obter a declaração de ilegalidade do DDI sobretarifado, impedindo sua realização.

Consoante artigo 61 da Lei 9.472/97 (Lei Geral das Telecomunicações), o “serviço de valor adicionado é a atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação e recuperação de informações.”

O serviço de valor adicionado não constitui, assim, serviço de telecomunicação (art. 61, § 1º, Lei 9.475/97), é prestado por um provedor classificado como usuário que, através de um contrato celebrado com a concessionária, recebe o direito de explorar um número, cujos

valores de utilização são debitados na conta do usuário que o acessa.

Decorrem daí duas graves irregularidades: a) não há autorização prévia e expressa do titular da linha quanto à utilização do referido serviço (o serviço é imposto ao usuário, que se vê obrigado aos termos de um contrato que não conhece e do qual não é parte); b) cobrança não autorizada em fatura telefônica de serviço de natureza provada distinta do serviço público de telecomunicação.

De acordo com o art. 12 da Resolução da Anatel nº 85, de 30 de dezembro de 1998, que aprovou o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, o usuário tem direito, entre outros:

“XVII - a não ser obrigado ou induzido a consumir serviços ou adquirir bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse, bem como a não ser compelido a se submeter à condição para recebimento do serviço, nos termos da regulamentação”.

Referido dispositivo foi reproduzido dentre os deveres da prestadora: “Não obrigar ou induzir o usuário a consumir serviços ou facilidades...” (art. 38, Resolução Anatel nº 85/98).

De outra parte, estabelece o art. 6º, inciso, IV, do CDC como um dos direitos básicos do consumidor: “a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços”. Prevê, ainda, em seu artigo 39, como prática abusiva:

III - Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto ou fornecer qualquer serviço.

IV - Prevaler-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços”.

Outrossim, estabelece o Código do Consumidor que:

“Artigo 46 - Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Artigo 51 - São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

(...)

XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor.

Inexiste, a toda evidência, relação jurídica entre o usuário do serviço público e o fornecedor dos serviços de valor adicionado, porquanto não tem o usuário acesso ao contrato celebrado entre a companhia e o provedor. Ademais, o serviço de valor adicionado é oferecido, sem que o consumidor tenha dado seu assentimento e muito menos conhecido o conteúdo das cláusulas deste ajuste.

É requisito de validade do contrato de consumo o conhecimento prévio do consumidor de seu conteúdo (art. 46 do CDC). Condiz isto com o direito à informação adequada, que traz como corolário à obrigação por parte do consumidor apenas quando tenha pleno conhecimento do conteúdo contratual.

Da forma como vem sendo prestado, o serviço de valor adicionado não passa de simples oferta ao consumidor, que por não tê-lo solicitado, nem muito menos conhecido as cláusulas avençadas, não tem o dever de pagar por sua prestação. É que se aplica, *in casu*, o disposto no artigo 39, parágrafo único, do CDC.

“Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento”.

Sendo indevida a cobrança dos serviços de valor adicionado, pois não tem respaldo nem na lei, nem no contrato de prestação de serviços públicos, tem o consumidor direito à repetição do indébito - art. 42 do CDC.

Nem se argumente que ao discar o número teria o assinante aderido ao contrato celebrado entre a concessionária e o provedor do serviço de valor adicionado. É o que se extrai da cartilha elaborada pelos Procuradores da República em São Paulo (SP), doutor André de Carvalho Ramos e doutor Duciran Farena, em acólito:

“Nenhum negócio jurídico dispensa os requisitos da capacidade da parte e seu consentimento válido. Por outro lado, o Código de Defesa do Consumidor veda o consentimento tácito nas relações de consumo.

O ato de discar pode ser praticado por um menor, ou incapaz, ou mesmo por terceiro, que não o assinante. Ainda que se pudesse atribuir ao ato de discar a natureza de “solicitação”, não haveria como aferir-se se quem fez a solicitação é realmente o único legitimado para isso - o assinante da linha, que vai pagar a conta.

Não há, outrossim, que argumentar com a responsabilidade dos pais por atos praticados pelos filhos (art. 1.521 do Código Civil), equiparando o caso com outras situações, como, por exemplo, uma criança que deixa uma luz acesa ou uma torneira aberta provocando o aumento da conta de luz ou de água.

Existe esta responsabilidade, sim, no que tange à tarifa, ao serviço público. Assim, se um menor, sem o consentimento paterno gasta horas ao telefone em ligações locais ou de longa distância (sem qualquer caráter de serviço de valor adicionado), haverá responsabilidade do assinante pelo débito. Mas isto encontra-se dentro do serviço público, dos deveres assumidos quando foi celebrado o contrato de prestação de serviço público de telefonia.

Ao contrário, o SVA, conforme vimos, não é tarifa nem pode acarretar obrigações que só são inerentes ao serviço público de telefonia.

Vale sempre lembrar que, ao contrário do 0900, não existe nenhum estímulo através de insistente e maciça propaganda televisiva e impressa, para a utiliza-

ção do serviço telefônico naquilo que é sua destinação específica.

A melhor comparação que pode ser feita nesse aspecto é com a Internet, serviço privado que também usa como suporte o serviço público de telefonia. nesse serviço, há um contrato prévio com o interessado; e, para que fique caracterizado o acesso exclusivo ao contratante (ou pessoa por ele autorizada), é fornecida uma senha de acesso. Enfim, a cobrança não se faz em conta telefônica, mas através de boleto ou cartão de crédito. É o que deveria ocorrer também com o serviço de valor adicionado.

Ainda usando o exemplo da Internet, qualquer pessoa familiarizada com esse meio deve ter percebido que todos os sites abertos são gratuitos. Isto é, não há como receber uma cobrança relativa ao site ao qual ele teve acesso livre; para que isso ocorra, ele deve ter concordado com aquele pagamento, especificamente, antes (em geral através de cartão de crédito).

É nesse sentido que deve ser entendida a livre comunicação entre os terminais (liberdade de acesso) inerente ao serviço público de telefonia.

Tudo que é aberto é gratuito, o que não é gratuito é, necessariamente, fechado.

Assim, todos os serviços de valor adicionado acessíveis através de mero ato de discar são gratuitos. Se se pretende cobrar por eles, devem permanecer fechados, até solicitação específica do usuário pela sua abertura - ocasião em que poderá se responsabilizar, contratualmente, pelo uso indevido por menores ou terceiros. É o que se chama de bloqueio prévio.

Dessume-se daí que o ato de discar - que pode ser praticado por menor ou terceiro - não pode ser considerado manifestação válida de consentimento. Até prova cabal, a ser formulada pelo concessionário, de que o usuário da linha consentiu, não há contrato, nem negócio, não podendo haver débito em conta, na medida em que nenhum contrato dispensa o requisito da capacidade, nem obriga quem não consentiu.

De outra parte, as Empresas poderiam argumentar que há possibilidade de solicitar-se administrativamente o bloqueio individual, sendo desnecessária a presente demanda. Todavia, não tendo o consumidor contratado o serviço, não pode arcar com o ônus de ter que solicitar o bloqueio, mormente considerando suas posição vulnerável na relação travada (art. 4º, CDC).

Afora isso, muitos sequer sabem da existência dos serviços ou da possibilidade prévia de bloqueio, só vindo a se informar quando se deparam com a cobrança absurda na conta telefônica. A ausência de informação ou de condições econômicas para obtê-la (compra de jornais, por exemplo) constitui um dos grandes entraves na solicitação do bloqueio, razão pela qual deve ser feito o bloqueio total pelas empresas telefônicas, independentemente de requerimento do usuário.

Assim, aqueles que desejarem os serviços especiais deverão solicitar o desbloqueio de seus telefones,

garantindo-se de forma idônea e justa o direito de livre escolha do consumidor, não sendo sensato que a situação inversa, a qual perdura, seja mantida.

Note-se que o presente projeto de lei não objetiva exterminar os serviços de prestação continuada. Simplesmente, quer-se evitar que referidos serviços sejam impingidos aos consumidores que não o desejam, tendo em vista os variados problemas sociais, morais, familiares e econômicos gerados na sociedade pela prática abusiva das empresas envolvidas em sua prestação.

Vários serviços especiais, além de completamente inúteis para o desenvolvimento da sociedade em geral, são evidentemente abusivos, pois se valem da ingenuidade das crianças para obtenção de lucro fácil.

A nossa Constituição Estadual estabelece nos art. 140 e 145, a responsabilidade do Estado em atuar em determinados setores da economia, fiscalizando-a e defendendo os consumidores pelos danos causados, *in verbis*:

“Art. 140 - Como agente normativo e regulador das atividades econômicas, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.”

Art. 145 - O Estado, por lei e ação integrada com a União, Municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a ele causados, democratizando a fruição de bens e serviços essenciais”.

Mencione-se, outrossim, a exploração propagandística do uso intensivo desses serviços, dirigida a crianças e adolescentes, com a convivência da companhia telefônica. As propagandas na televisão, insidiosas e insinuantes, fazem apologia às práticas sexuais, com mulheres seminuas solicitando insistentemente: “ligue-me, ligue-me”.

Tal circunstância viola os direitos constitucionais assegurados à criança e ao adolescente a seguir descritos:

“Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(...)

§ 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Assim decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo: Ação Civil Pública - Liminar. Não veiculação do filme “Calígula”, de seus trailers ou anúncios. Admissibilidade, Infração do artigo 227 das CF. Exibição do filme que prejudica o objeto da ação, causando dano a menores. Película que é notoriamente imoral. Observância ao

artigo 213, § 1º, do ECA. Recurso parcialmente provido. (TJSP - AI 16.507-0 Câmara Esp. - Rel. Des. Sabino Neto - J. 11.11.93) (RJTJESP 153/155).

Igualmente, viola os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, “*in verbis*”:

“Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 17 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 76 - As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infanto-juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

Art. 79 - As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família”.

Vejamos o disposto no artigo 216 da nossa Constituição Estadual:

“Art. 216 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao deficiente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Verifica-se, portanto, que os serviços especiais acarretam riscos, principalmente, ao desenvolvimento físico, mental e moral de crianças e adolescentes, vítimas de mensagens sexuais abusivas.

Quanto ao DDI sobretarifado, resta evidenciada sua ilegalidade, porquanto inexistente previsão específica na Lei Geral das Telecomunicações. Para que haja serviço de valor adicionado é requisito indispensável um contrato com prestadora de serviço público de telefonia sediada no Brasil e submetida à lei brasileira.

A Embratel, e agora também a Intelig que prestam serviços de longa distância internacional, são coniventes com essa ilegalidade, na medida em que, tendo condições de identificar um DDI sobretarifado, com ele consente - e auferem ganhos com isso.

Registre-se, outrossim, que o projeto de lei não combate a prestação do serviço de valor adicionado, em que pese sua notória inutilidade em muitos casos. Combate-se, sim, a forma como o serviço é prestado e cobrado. Se a prestadora deseja contratar a prestação dos seus serviços, deve seguir a prática normal do comércio - procure diretamente o usuário oferecendo suas condições; e providencie a cobrança por conta própria - como fazem os demais setores da iniciativa privada.

Enfim, o que se busca é tornar realidade à defesa do consumidor na área do serviço telefônico, na medida em que, mesmo após 9 (nove) anos da publicação do Código de Defesa do Consumidor, ainda permanece à mercê das práticas abusivas das concessionárias do serviço, não coibidas pelos entes administrativos responsáveis por tal mister.

Anexo a este projeto, coloco matérias divulgadas nos Órgãos de imprensa em geral, a respeito dos serviços de telefonia e a insatisfação dos seus usuários.

Diante do exposto, solicito o voto favorável dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 169/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica a empresa concessionária de serviço público de telefonia fixa no Estado do Paraná, responsável pela emissão da fatura telefônica, obrigada a individualizar cada ligação local realizada pelo consumidor, fazendo constar na fatura de cobrança as seguintes informações:

- a) data da ligação;
- b) horário da ligação;
- c) duração da ligação;
- d) telefone chamado;
- e) valor devido.

§ 1º - Entende-se por ligação local, aquelas denominadas genericamente por pulsos pelas empresas concessionárias de serviço público de telefonia fixa.

§ 2º - A empresa concessionária de serviço público de telefonia fixa, também fica obrigada a colocar a quantidade de pulsos efetuados no mês atual de cobrança e a quantidade dos últimos doze meses.

Art. 2º - A empresa concessionária de serviço público de telefonia fixa no Estado do Paraná, não poderá alterar o valor da tarifa telefônica ou cobrar de qualquer outra forma, esta mudança no sistema de informações da fatura.

Art. 3º - A empresa concessionária de serviço público de telefonia fixa no Estado do Paraná, terá 60 (sessenta) dias para se adequar a presente lei.

Art. 4º - Caberá ao Poder Executivo Estadual fiscalizar e impor as seguintes penas, no caso de descumprimento da presente lei:

- a) advertência na primeira notificação;
- b) multa diária de 5.000 (cinco mil) UFIR's na segunda notificação, até que a empresa cumpra esta lei;

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva a criação de mecanismos que permitam ao consumidor da telefonia fixa controlar eficazmente sua fatura telefônica, com individualização da ligação (data, horário, telefone chamado, duração e valor da chamada), a exemplo do que ocorre atualmente com a telefonia móvel celular.

É importante registrar que atualmente, somente a Telepar efetua o serviço de ligação local no Estado do Paraná, mas no futuro podem ocorrer a entrada de outras empresas, denominadas "espelhos", para efetuar este serviço.

O procedimento atual de cobrança pela Telepar (nela incluídos os valores da Embratel) no caso de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, consiste na emissão de fatura, com as seguintes descrições:

- a) chamada de longa distância nacional e internacional discriminadas por data, hora, duração, localidade, telefone chamado e valor;
- b) ligações locais, genericamente denominadas pulsos, cobradas de forma geral, com discriminação apenas do total de pulsos no período e valor não individualizado;
- c) serviços eventuais, como auxílio à lista, instalação de terminais, etc., discriminados por data, hora, duração e valor;
- d) Assinatura básica, apenas pelo valor;
- e) ligações locais para celular individualizadas por data, hora, duração, telefone chamado e valor;
- f) serviços suplementares de centrais digitais prestados pela empresa telefônica discriminados pela natureza do serviço e valor;
- g) serviços como 0900 e 900, cobrados como prestação de serviços de terceiros;

h) no caso do 145 - “disque amizade”, o “serviço” não é discriminado na fatura e, apesar do consumidor pagar mais do que o valor definido para a tarifa normal, a ligação é inserida no total de pulsos.

Verifica-se, destarte, que quanto às ligações locais e os serviços adicionados, o consumidor não detém meios detalhados e claros para conferir os dados insertos em sua fatura telefônica.

Registre-se, ademais, que as concessionárias não economizam em propaganda de seus serviços, cada qual se arrogando a qualidade de prestadora do serviço menos oneroso. Todavia, em suas publicidades não há qualquer menção ao valor da tarifa, bem como à metodologia de tarifação utilizada. Logicamente, não tem o consumidor condições de avaliar a melhor tarifa, efetuando a opção da prestadora no “escuro”.

Isso não pode persistir! O indivíduo tem direito à transparência nas faturas, deve ter ele condições de conferir as ligações cobradas, a fim de saber se condizem ou não com as efetivamente realizadas. E mais: deve ser esclarecido quanto ao valor da tarifa, bem como sobre a sua forma de cálculo.

Estabelecem os artigos 6º e 31 do CDC como direito básico do consumidor a informação, ao lado da proteção contra práticas desleais e abusivas, senão vejamos:

Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:
(...)

III - A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Art. 31 - A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

A lei geral das Telecomunicações igualmente prevê o direito do usuário de acesso à informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços, suas tarifas e preços (artigo 3º, IV, Lei nº 9.472/97).

Inclusive, o próprio contrato celebrado entre a Anatel e a Telepar previu a forma de cobrança determinando o seguinte:

“Cláusula 10.6 - Os documentos de cobrança emitidos pela concessionária deverão ser apresentados de maneira detalhada, clara, explicativa, indevassável e deverão discriminar o tipo e a quantidade de cada serviço prestado ao assinante, na forma da regulamentação”.

Corolário lógico, a forma atual de cobrança das ligações locais não se coaduna com o legal e contratualmente imposto. Para se conformar ao previsto no Código de Defesa de Consumidor, na Lei Geral das Telecomunicações e no contrato celebrado com a Anatel, deverá a Telepar individualizar cada ligação realizada, fazendo

constar na fatura à data, o horário, a duração da ligação, quantidade de pulsos, telefone chamado e valor devido. Somente através de tais informações, é que o usuário terá condições de verificar a procedência ou não da cobrança.

Note-se, outrossim, que na sistemática atual, o disque-amizade é cobrado irregularmente entre os pulsos locais. Importa dizer, que o consumidor muitas vezes paga a fatura, sem saber que está pagando pelo serviço em comento.

A nossa Constituição Estadual estabelece nos artigos 140 e 145, a responsabilidade do Estado em atuar em determinados setores da economia, fiscalizando-a e defendendo os consumidores pelos danos causados, in verbis:

“Art. 140 - Como agente normativo e regulador das atividades econômicas, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.”

“Art. 145 - O Estado, por lei e ação integrada com a União, municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a ele causados, democratizando a função de bens e serviços essenciais”.

Somente como exemplo pegamos alguns depoimentos de pessoas que compareceram ao Ministério Público Federal, com o Procurador da República de Cascavel, Paraná, doutor Celso Antonio Três, para reclamar do serviço telefônico, discordando da quantidade de pulsos insertos em suas faturas. Muitos, mesmo precisando, como é o caso do proprietário de uma Floricultura, deixaram de ter telefone, por não aceitarem a cobrança abusiva e inexplicável de pulsos, não raras vezes, sobejamente superiores ao despendido com ligações de longa distância. Colaciona-se, a seguir, o resumo de alguns depoimentos:

“Carlos Alberto Scanagatta - declarou que possui telefone instalado em seu estabelecimento comercial há mais de 10 anos; que sua conta nunca ultrapassava R\$100,00 (cem reais); que há aproximadamente oito meses tem sido cobrado um valor exagerado de pulsos em sua fatura (média de mil pulsos); que sendo o telefone comercial, procura manter o maior tempo possível livre, a fim de receber chamadas de clientes; que trocou seu telefone sem fio, por um fixo; que trocou toda a fiação interna; que desativou o serviço da Internet; mesmo, assim, o número de pulsos cobrados não diminui, razão pela qual teve seu telefone desligado, já que não conseguiu pagar a conta”.

Elaine do Rocio Leiva, declarou que reside apenas com o companheiro; que no último mês recebeu a fatura telefônica onde constava a realização de 1.217 pulsos; que não efetuou essas ligações; que recebe apenas R\$180,00 (cento e oitenta reais) por mês e não tem condições de arcar com a despesa referida.

Maria Angélica Silveira de Souza declarou que se encontra atualmente com o telefone desligado, pois não conseguiu arcar com o aumento injustificado dos pulsos em sua fatura telefônica; que mesmo após a visita do técnico, ainda permaneceu a cobrança abusiva e não condizente com a realidade; que não se conforma em ter que ficar sem telefone por erros que atribui à Telepar.

Vera Lucia Castro e Silva declarou que mesmo colocando cadeado no telefone a conta permanece alta; que paga mais pelas ligações locais que pelas interurbanas; que não adianta economizar nos interurbanos; pois a "Telepar dá um jeito de majorar os pulsos locais".

O professor de telecomunicações, Vagner Gonçalves Leitão, do Cefet Curitiba, verificou em meados de 1999, valores elevados de pulsos na conta telefônica. A partir daí, como possuía duas linhas telefônicas passou a utilizar uma delas exclusivamente para acesso à Internet de forma que pudesse contabilizar a contagem de pulsos de acordo com as Normas de Telecomunicações vigentes no País. Nos meses de outubro e novembro de 1999, o professor registrou todas as chamadas para os provedores de serviços contabilizados os tempos de início e fim de cada ligação telefônica. Ao receber as contas telefônicas dos respectivos meses, verificou que o valor de pulsos faturados pela operadora era muito maior que o número que havia consumido.

Mês	Pulsos consumidos	Pulsos faturados	Valores em reais pagos a mais
Outubro	114	296	17,42
Novembro	140	386	23,54

Os dados contabilizados foram colocados em uma planilha para fazer o cálculo de consumo, e esta planilha está disponível na internet para "download", no endereço: www.netpar.com.br/vagnerg.

Com estes dados de pulsos consumidos e faturados, o professor Vagner efetuou um levantamento das contas telefônicas desde dezembro de 1997 até novembro de 1999. Com isto notou que a diferença de pulsos faturados de outubro de 1998 para novembro de 1998 era bastante significativa e a partir de novembro de 1998 os valores de pulsos faturados continuavam em patamares elevados. Fazendo a média mensal dos pulsos faturados entre dezembro de 1997 a outubro de 1998 resultou em um valor de 167 pulsos por mês e fazendo-se a média entre novembro de 1998 a novembro de 1999 resultou em um valor médio de consumo de 347 pulsos mensais. Atualmente, baseado nos dados acima, o professor Vanger está exigindo da Telepar um retorno de R\$270,00 pelos valores cobrados a mais.

Enfim, o que se busca é tornar realidade à defesa do consumidor na área do serviço telefônico, na medida

em que, mesmo após 9 (nove) anos da publicação do Código de Defesa do Consumidor, ainda permanece à mercê das práticas abusivas das concessionárias do serviço, não coibidas pelos entes administrativos responsáveis por tal mister.

Anexo a este projeto, coloco matérias divulgadas nos órgãos de imprensa em geral, a respeito dos serviços de telefonia e a insatisfação dos seus usuários.

Diante do exposto, solicito o voto favorável dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 170/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento da taxa de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná, os veículos pertencentes as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE's.

Art. 2º - O Poder Executivo, por meio do seu órgão competente regulamentará esta lei no prazo de trinta dias contados a partir de sua vigência.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

As APAE's do Estado do Paraná, tradicionalmente desenvolvem trabalhos relevantes e de expressivo teor social, objetivando a melhoria da qualidade de vida bem como a reintegração dos seus assistidos na sociedade.

A sustentabilidade econômica dessas atividades, é oriunda de ações beneficentes, promovidas pela comunidade e por repasses do governo Estadual, todos nós sabemos que estas ações e repasses geralmente não produzem recursos suficientes para que a manutenção das escolas seja realizada a contento.

As elevadas taxas de pedágio no Paraná, sem dúvida alguma oneram de forma significativa as nossas APAE's, prejudicando as condições de atendimento aos seus alunos.

Salientamos que todos os subsídios e insenções concedidos as APAE's, são transformados em melhores condições de atendimento ao seu público alvo.

Objetivando promover significativas melhorias neste importante setor da educação especial, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, o seu apoio na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 171/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a celebrar convênios com a Fundação Biblioteca Nacional - Escritório de Direitos Autorais - EDA, para fins de instalação de representação da citada fundação e escritório EDA, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A instalação de uma representação do Escritório de Diretórios Autorais - EDA, em Curitiba, é uma aspiração antiga e visa facilitar para que autores de obras de gêneros diversos tais como: poesia, romance, crônica, didático pedagógico, técnico, científico, religioso, político, filosófico, música (letra e partitura), contos, histórias, histórias em quadrinhos, desenho, roteiros e argumentos de cinema e TV, personagens, biografia, publicidade, teses, monografia, periódicos (jornais e revistas) e outros trabalhos, possam efetuar o devido registro de suas obras, salvaguardando-as de plágio e/ou apropriação indébita por terceiros, resguardando a legitimidade de autoria, com os direitos legais assegurados.

O Paraná, berço de uma plêiade de intelectuais e artistas, não pode nem deve permanecer à margem desta iniciativa que já beneficiou autores de oito (8) Estados à saber: Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Norte, onde já existe representação do Escritório de Direitos Autorais - EDA.

Em função do acima exposto solicitamos aos nobres parlamentares desta Casa de Leis, a aprovação da matéria em tela.

PROJETO DE LEI Nº 172/2000

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Universidade Estadual do Norte Pioneiro do Paraná com sede em Jacarezinho.

Art.2º - As atuais Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras Norte e Faculdade de Educação Física de Jacarezinho e a Faculdade de Direito do Norte Pioneiro, passam a integrar a Universidade Estadual do Norte Pioneiro do Paraná.

§ 1º - O patrimônio pessoal, recursos orçamentários e financeiros das entidades de que trata o Caput do Artigo 2º, passam a fazer parte da Universidade Estadual do Norte Pioneiro.

§ 2º - A Universidade Estadual do Norte Pioneiro é sucessora para todos os efeitos da Lei e do Direito das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras,

de Educação Física de Jacarezinho e de Direito do Norte Pioneiro.

Art.3º - O Projeto Pedagógico, bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Regimento Interno e o Estatuto da Universidade Estadual do Norte Pioneiro deverão ser elaborados num prazo de 180 (cento e oitenta dias), com a participação da Comunidade Universitária envolvida.

Art. 4º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a proceder o remanejamento orçamentário necessário, bem como a proceder as alterações administrativas necessárias para a implementação desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 29.05.2000.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

Jacarezinho conta atualmente com três instituições de ensino superior mantidas pelo Estado do Paraná: a Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, criada pela Lei Estadual nº 5593 de 18.07.57, a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Jacarezinho, instituída pelo Decreto Estadual nº 23819 de 17.06.59; e a Faculdade de Educação Física de Jacarezinho, implementada pela lei nº 6171 de 16.11.70.

Contam com cerca de 4000 alunos e um orçamento consolidado para o ano 2000 de R\$ 4.800.000,00.

Possui corpo docente qualificado, estrutura física distribuída em três prédios com boa disponibilidade e uma excelente performance no Exame Nacional de Cursos, sobretudo na área de Direito, tendo obtido conceito "A" nas últimas provas nacionais.

As faculdades estão dotadas de cursos de pós-graduação e inclusive em nível de Mestrado (Direito) e uma excelente atividade de extensão e serviços.

Do ponto de vista legal, não existem impedimento para que se transforme as atuais faculdades isoladas em complexo universitário, dando maiores condições de atividade e melhores perspectivas de desenvolvimento regional.

A comunidade regional, integrada pela microrregião do Norte Pioneiro tem apoiado a iniciativa bem como os segmentos da sociedade civil que vêm nesta proposta uma possibilidade de políticas consolidadas para o efetivo desenvolvimento das regiões tão carentes em diversas áreas e oportunidades sociais, culturais e educacionais.

PROJETO DE LEI Nº 173/2000

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná, a senhora Virgínia Leite.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A senhora Virgínia Leite, nasceu em Irati-PR, em 02 de agosto de 1916.

Em 1937, foi nomeada professora pelo interventor do Estado Manoel Ribas, iniciou suas atividades no Magistério, passando a lecionar no grupo Duque de Caxias, onde prestou serviços até o ano de 1956, interrompendo o exercício da profissão de 1943 a 1945, para prestar serviços na guerra como enfermeira da FEB (Força Expedicionária Brasileira).

A sua atuação foi exemplar, não medindo esforços nas missões de atendimento aos oficiais e pracinhas brasileiros feridos em combate, tendo atuado nos hospitais de Livorno e Pistóia na Itália.

Tendo recebido inúmeras comendas e medalhas como forma de condecoração pelos seus relevantes serviços prestados em solo italiano.

Atualmente, com 84 anos encontra-se colaborando de forma efetiva na Secretaria da Legião Paranaense do Expedicionário.

Pelo presente exposto, solicitamos aos nobres parlamentares desta Casa de Leis, o seu reconhecimento como Cidadã Benemérita do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito, Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Pretendia usar o horário do Grande Expediente, mas devido já estar ocupado, vou pedir à Presidência, se possível, me inscrever no Grande Expediente de amanhã, para que eu possa usar a palavra.

Na manhã de hoje, tivemos umas das importantes reuniões do Bloco de Oposição, deliberando algumas condutas com relação ao episódio que envolve a denúncia ao deputado Algaci Tulio.

Há um tempo atrás, uma fotografia que colocava o deputado Algaci Tulio ao lado de um amigo dele, que estava sendo indiciado - tivemos a serenidade de conversar com o presidente da Casa e com o próprio deputado, para tentar esclarecer o fato. Passado algum tempo, mais denúncias apareceram com relação ao deputado Algaci Tulio. E o PMDB tomou a decisão de informar a Presidência da Casa sobre este fato.

Contrariando a vontade de muita gente, a informação, evidentemente, circulou nos meios jornalísticos. A nossa intenção não é esconder nada, mas nem ao contrário fazer a panfletagem gratuita.

Hoje pela manhã a liderança da oposição assumiu as palavras da Bancada do PMDB, liderada pelo deputado Nereu Moura, no sentido de endossar aquelas informações que foram remetidas à Presidência da Casa e pedir que todas as análises, iniciativas, sugestões e encaminhamentos, que envolvem aquelas informações, sejam tomadas pela Casa, pela Assembléia Legislativa, pela sua Comissão Executiva, pelo presidente da Assembléia, para que proceda, como já temos informações, que enviou à Consultoria Jurídica local, à Procuradoria da Casa e também à Comissão de Justiça, para análise, já que nesta Casa não dispomos de um mecanismo, por exemplo, como um Conselho de Ética.

Senhor presidente Nelson Justus, gostaria, em nome da Oposição, de enfatizar que tomamos essa deliberação e esperamos uma posição, primeiro do presidente da Casa, com relação aos fatos anunciados pela Liderança do PMDB e hoje, já assumido pelo Bloco de Oposição no mesmo sentido e tendo em vista já fatos passados, que também vieram incorporar este processo, que a Presidência da Casa nos dê orientação, faça os encaminhamentos necessários para isso.

Por outro lado, queremos comunicar a todos os senhores deputados, que esperamos que todas estas denúncias sejam esclarecidas e que não atendendo ao anseio da opinião pública, não atendendo ao anseio da Assembléia Legislativa do Paraná, não tendo esclarecimento suficiente, o Bloco da Oposição estará pedindo aos seus representantes da CPI do Narcotráfico, que se retirem de lá. Porque não teria condições, na nossa avaliação, se não forem esclarecidos devidamente, todos os fatos, de estar avalizando procedimentos que vão ao contrário de determinados princípios. Várias pessoas indicadas, que teriam que ser ouvidas pela CPI, estariam com comprometimento afetivo, relacional, com membros desta comissão.

Então, o Bloco de Oposição está em perfeita sintonia com...

Senhor presidente, se me fosse possível conceder o Horário do PT, para que eu prossiga o meu pronunciamento.

(Assentimento)

O nosso nível de discurso, o nosso nível de interferência nesse processo, é da maior e absoluta serenidade, para não causar, primeiro, injustiças, mas também para não dar respostas à sociedade que quer que todos estes fatos sejam esclarecidos.

Também referendamos a postura aqui, da Liderança do PMDB, na pessoa do deputado Nereu Moura, manifestamos toda a solidariedade, na medida que todo seu posicionamento foi tranquilo e sereno, na busca da verdade. Neste mesmo sentido há várias informações dizendo que ele tomou decisões precipitadas, ele tomou a decisão de sua Bancada. O Bloco a Oposição não havia ainda se reunido para tal; hoje pela manhã, deliberou neste sentido. Vamos pedir à Presidência da Casa que analise estas denúncias, com tranquilidade e isenção que

são próprias do deputado Nelson Justus, é próprio do serviço de apoio judiciários desta Casa, e também da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, o mais urgente possível, o mais breve possível, usar a forma do mecanismo regimental, para análise o mais breve possível, para dar a resposta.

Iremos avaliar esta resposta da Comissão de Justiça, avaliar a resposta da Presidência e a partir de então, se estiver condizente com os anseios populares, com a opinião pública, se estiver condizente com a nossa expectativa, iremos deliberar se continuamos ou não com os nossos membros na CPI. Porque o pior processo que pode acontecer é entrarmos, entusiasmados, numa CPI e sairmos frustrados. A CPI tem que ter isenção absoluta, então se paira qualquer dúvida, vamos esclarecê-las, e queremos que estas dúvidas sejam esclarecidas, sobretudo pela Casa, pela Presidência da Casa.

Era esta, senhor presidente, a manifestação, em nome do Bloco da Oposição, com relação a estas denúncias. Já havíamos falado com a Presidência, anteriormente, com outras denúncias, mas não queremos ficar com o caso encerrado, queremos analisar, com tranquilidade. Mas, desde já, há uma preocupação seriíssima do Bloco de Oposição, sobre a isenção da condução da CPI do Narcotráfico, da forma como está sendo conduzida a CPI e tudo o mais. Mas vamos nos manter com a devida tranquilidade, para esperar uma informação da Assembleia Legislativa, através de seu presidente, deputado Nelson Justus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência aproveita a oportunidade para esclarecer Vossa Excelência que tão logo recebeu os documentos o encaminhou à Procuradoria da Casa. Em reunião com esta presidência entrega, o mais tardar até amanhã, parecer para a presidência. E num primeiro momento solicitado que este pedido seja feito por escrito, até porque foi uma reunião que se imaginava informal. Aí sim a presidência tomará as medidas que achar conveniente.

Outrossim quero aproveitar essa oportunidade para cumprimentar os membros de todas as CPI's. Elas têm sido e os seus membros, motivo de orgulho para essa Casa. Todas estão funcionando a todo vapor, com total isenção, com uma extraordinária competência. E têm sido elogiadas pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pela própria sociedade. A própria imprensa tem elogiado a maneira profissional e ética com que as CPI's têm funcionando nesta Casa. Apenas uma das comissões possui membros da Oposição, e seria frustrante se ela fosse esvaziada. E o que é ponto pacífico para esta presidência ninguém, mas ninguém vai conseguir atrapalhar essas cinco CPI's que estão tendo um resultado extraordinário. Nós iremos dar a nossa contribuição para a sociedade em 120 dias que foram solicitados pelas CPI's.

Concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho à tribuna não para alimentar uma discussão política, porque acima de tudo sou um homem que prezo pela ética junto aos meus companheiros.

Mas venho à tribuna para dar uma satisfação a este Plenário, aos companheiros, especialmente os companheiros da Bancada Governista e alguns amigos que quero acreditar que, mesmo estando na oposição, são amigos do deputado Algaci Tulio.

Senhor presidente, coincidência ou não, estava em Florianópolis, a trabalho da CPI, e recebo a informação que em Curitiba nesta Casa faziam a minha pessoa algumas acusações. Estava eu semana passada em Brasília a serviço da CPI do Narcotráfico e também da CPI do Roubo de Cargas juntamente com os deputados: César Seleme, Pastor Edson Praczyk. Que, por sinal merecemos uma atenção toda especial em Brasília, no dia em que a CPI do roubo de cargas tinha sido instalada oficialmente. Ganhávamos nós destaque nacional, quando a nós foi dado o direito a palavra para dizermos do trabalho da CPI do Roubo de Cargas e do Narcotráfico. Aliás o "Jornal Nacional", a nível de Brasil, mostrou e comprovou a nossa presença e a TV Senado apresentou na mesma noite e na manhã seguinte, dentro do seu noticiário.

Mais uma vez coincidência ou não, era mais uma vez apunhalado pelas costas, pela falta de ética, pela falta de responsabilidade de alguns.

Mas não vim à tribuna para me defender, porque afinal de contas de nada preciso me defender, mas venho aqui à tribuna dizer das medidas que já estou tomando. Dizer também que se não fosse uma pessoa ética, não fosse responsável, poderia ler a relação completa de pessoas que dizem que foram ajudados pelo narcotráfico. Mas tenho responsabilidade, tenho ética, tenho respeito aos meus amigos, tenho respeito a esta Casa, senhor presidente, que não o farei.

Quem sabe mais adiante através do meu advogado, se tome algumas providências neste sentido.

Mas, venho também comunicar a Vossa Excelência, que já na quinta-feira, pela manhã, em reunião com o meu advogado doutor Julio Militão da Silva, nós dávamos junto ao senhor desembargador presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, *Habeas Data*.

(Lê)

"HABEAS DATA

c/liminar

a fim de poder inteirar-se oficialmente da existência ou não de registros, inquéritos ou investigações que possam estar ocorrendo contra o seu nome, junto à Promotoria de Investigação Criminal do Ministério Público do Estado do Paraná, a fim de que possa tomar uma posição de direito, pelas razões que expõe:"

Estou expondo aqui nesse minha petição encaminhada pelo meu advogado.

Procuero saber junto ao egrégio Tribunal de Justiça e ao Ministério Público se há qualquer investigação criminal em andamento ou qualquer comprovante de envolvimento com o deputado Algaci Tulio com a pessoa de Paulo Mandelli. Em caso positivo:

“Qual é a fase do andamento?”

Além deste *Habeas data* também demos entrada junto ao presidente da Assembléia do Estado do Paraná na data do dia 25, protocolado nesta Casa, encaminhando, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Nelson Justus, mediante fatos e as notícias circuladas pela imprensa, estou requerendo os seguintes itens:

(Lê)

“1 - Existe denuncia formal contra o deputado Algaci Tulio, com referência ao fato citado?

2 - Existe pedido formal, da bancada do PMDB, ou do deputado Nereu Moura, pedindo o afastamento do mesmo da presidência da CPI do Narcotráfico?

3 - Se existe, fornecer ao deputado requerente cópias, da denuncia e do pedido de afastamento.

4 - Inexistindo a formalização dos fatos divulgados pela imprensa, face a ampla repercussão desses, que vieram não apenas denegrir a imagem do deputado Algaci Tulio, como do Legislativo do Paraná, que se solicite da Bancada e do deputado, citados, que procedam a formalização dos atos em questão, do que, antecipadamente, se requer cópia.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Curitiba, em 15.05.2000

(a) ALGACI TULIO”

Ainda senhor presidente, com data do dia 26.05.2000, sexta feira. Novo expediente endereçado ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Nelson Justus, relevando a Vossa Excelência que também formulamos pedido idêntico, através das vias judiciais, impetrando *Habeas Data* junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, pedido ao presidente desta Casa, de que “Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, Digníssimo presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Algaci Ormário Túlio, deputado nesta Casa, onde representa a Bancada do PTB, tendo o seu nome envolvido em acusação formulada em data de 23 do corrente perante essa egrégia Presidência por colega deputado estadual, conforme amplamente divulgado através da mídia em todo o Estado, e desconhecendo o verdadeiro conteúdo da mesma, vem, com o devido respeito, pelo seu advogado, no final assinado, requerer de Vossa Excelência, cópia formal de toda a documentação apresentada, a fim de poder exercer os seus direitos constitucionais de ampla defesa”. Assinado

deputado Algaci Túlio, e assinado o seu advogado Júlio Góes da Silva -OAB 5609.

Senhor presidente, são as medidas que tomo neste momento, pedindo à Casa que nos remeta - com a máxima urgência essa documentação, porque o assunto é sério, merece da minha parte toda uma preocupação.

Porque afinal de contas não vou admitir que 43 anos de homem de comunicação, não vou admitir que 18 anos exercendo cargo político, vereador, duas vezes, vice-prefeito de Curitiba, 4 vezes eleito deputado desta cidade veja meu nome enxovalhado, veja meu nome jogado na sargeta por ato de total irresponsabilidade. Até admitiria responsabilidade se tivesse entregue a Vossa Excelência, presidente, relatório completo que está de posse da PIC, onde constam alguns fatos interessantes que não cabe a mim e não farei, já disse, não farei por respeito a esta Casa e a muitos companheiros, não farei uso disso. Mas pela falta de responsabilidade, por terem entregue somente aquilo que interessava a essas pessoas.

Quero dizer que tenho o maior respeito a cada um dos senhores Parlamentares. O mesmo respeito devoto eu, a esta Casa, ao longo de 18 anos, procurando trabalhar com decência, com responsabilidade sendo pau para toda obra, usando de um linguajar popular, nunca me furtando a nenhum pedido, a nenhum compromisso que me fez esta Casa. E, deixando bem claro, mais uma vez, não pedi para ser presidente da CPI do Narcotráfico. Aliás, no momento, em que aclamava o presidente da CPI do Narcotráfico, estava eu, no Palácio Iguaçu, juntamente com 4 secretários de Estado, o representante da OAB e do Ministério Público entregando o relatório da Comissão Especial do governo do Estado que tratava de assunto semelhante, qual seja, de analisar a vida pregressa daqueles policiais que foram citados ou foram denunciados na CPI Nacional do Narcotráfico, que passou aqui por Curitiba. Coincidência ou não a minha pessoa foi colocada como Relator daquela comissão e o relatório vim aqui a esta Tribuna ler aos senhores, dar conhecimento à Casa o que é que o Relator desta Casa fazendo parte daquela comissão fez? Indiciou a todos, amigos, inclusive, foram indiciados e eu nunca neguei. Amigo não é só na hora boa. Amigo é na hora em que o cidadão mais precisa. E nunca neguei isso. E todos foram indiciados para investigação, para responder um processo administrativo no governo do Estado e estão respondendo. Fiz parte da Comissão Especial aqui na Assembléia - com a Presidência dada ao deputado Ângelo Vanhoni e sabem os companheiros que propuseram aquela Comissão Especial, qual foi a minha postura? Qual foi a minha condução naquela CPI - naquela Comissão Especial? Se em algum momento o deputado Algaci Tulio pediu por esse ou por aquele? Nem nessa comissão da Assembléia, muito menos na Comissão do governo do Estado.

Tenho total isenção de diferenciar as coisas. Ajo com muita imparcialidade e com muito ética também. Portanto, tenho a minha consciência absolutamente tran-

qüila de que estou prestando um bom trabalho a esta Assembléia pela responsabilidade que me deram os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado, quando, à minha revelia, me indicaram e declamam o seu presidente.

Não me furtei, sabendo que seria uma tarefa difícil, sabendo que estaria mexendo em problemas seriíssimos da sociedade paranaense. Não me furtei. Acho, presidente, que o que Vossa Excelência falou agora há pouco é pura verdade. Deve estar orgulhosa esta Casa do trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito. Nós estamos trabalhando sim, independente de hora e de dia, quando não em sessões plenárias da CPI, estamos nós improvisados no meu gabinete ou no gabinete do deputado Ricardo Chab que é o relator, ouvindo depoimentos reservadamente, tendo o devido cuidado de não colocar e de não esgrachar as pessoas publicamente, tendo esta responsabilidade, isso tem sido na 2ª, na 3ª, na 4ª, na 5ª, na 6ª, no sábado e até no domingo. Tenho feito sessões plenárias aqui é testemunha o deputado Edson Strapasson, que tem participado, são testemunhas os deputados que fazem parte da CPI, é testemunha o deputado Luiz Carlos Zuk, que participou pelo menos em duas delas, temos feito sessões aqui plenárias, no Plenarinho da Assembléia, ouvindo pessoas, tomando os depoimentos, tomando as providências, oficiando este Paraná inteiro às Câmaras Municipais, atendendo os apelos de vereadores que estão desesperados em algumas cidades do interior, que criaram as suas comissões especiais, e hoje são ameaçados até de morte.

Temos casos e exemplos citados na CPI, vereadores que preocupados com isso até depoimentos uma invasão na Câmara Municipal, nos remeter o material para a CPI estadual, e este material está reservado, está guardado na CPI estadual até que um mandado de busca de juíza e de delegado de polícia.

Tenho procurado, senhor presidente, senhores deputados, cumprir com minha obrigação, mas tenho procurado acima de tudo trabalhar com muita ética, com muito respeito a esta Casa e aos companheiros. Por isso, quero dizer a Vossa Excelência que amanhã a CPI do Narcotráfico vai estar na cidade de Araucária, um dos focos mais violentos e mais citados na CPI estadual, estarem lá, queiram ou não, vá a Oposição participa ou não vá, aliás é até bom senhor presidente, farei ainda hoje um expediente a Vossa Excelência pedindo uma máxima urgência, uma solução para o caso, se a Oposição ou não participa, se ela não participa vamos convocar mais 3 companheiros da Situação, para que não falte quórum como aconteceu na sessão anterior, onde por falta de parlamentares não pudemos decidir e votar alguns requerimentos importantes para que a CPI não fique emperrada.

Peço a Vossa Excelência e farei por escrito logo mais com assinatura dos demais parlamentares da CPI, para que tenhamos uma definição, porque não posso ir para Araucária amanhã, senhor presidente, presidindo a

CPI do Narcotráfico com apenas 3 ou 4 parlamentares. Não posso ir à Maringá, 4ª e 5ª feira e que já está feita uma programação em Maringá, com apenas 3 ou 4 parlamentares.

Não quero denegrir a imagem desta Casa, tenho responsabilidade e vou cumprir até o final, senhor presidente, quer queiram ou não, vou cumprir até o final, com Situação, com Oposição ou sem Oposição, vou cumprir o meu papel delegado por Vossa Excelência.

Só me tira da CPI a Presidência da Casa e os companheiros que fazem parte da CPI. Nenhum outro meio até agora vai justificar qualquer tentativa, e aliás desafio, fiz os pedidos aqui àqueles que me destratarem, aqueles que jogaram meu nome na sarjeta, que tenham a devida coragem de fazer por escrito aquilo que for entregar a Vossa Excelência, porque é inadmissível, senhor presidente, que deputados cansados, deputados de uma longa vivência nesta Casa.

Entendo que levando envelope com alguns dados, com alguns panfletos, com algumas cópias de contra cheques sejam suficiente para pedir a cabeça de um parlamentar. Tem que ter a coragem de assinar, de assinar embaixo e dizer: Eu ou nós queremos estas providências, não foram feitas, não tem validade, senhor presidente, não tem nenhuma validade o que lhe entregaram, senhor presidente, mas nem por isso estou dizendo para Vossa Excelência não investigar, fez muito bem Vossa Excelência mandar para a Procuradoria aqui da Assembléia, porque é preciso ter coragem, quando se toma uma providência de assinar embaixo, botar o nome, ser macho, se tem macho para convocar a imprensa, para denegrir a minha imagem e desta Casa também, senhor presidente, faltando com a ética, tem que ser homem macho, de assinar embaixo e pedir a minha cassação, caso contrário, o senhor não deveria nem ter recebido da mesma forma que lhe entregaram, devolver, só aceito mediante assinatura aqui um requerimento, caso contrário não teria nenhuma validade.

Mas, estou pedindo a Vossa Excelência, aliás já pedi na 6ª feira de manhã, na 5ª feira para que tomasse todas as providências, para que possamos com total isenção trabalhar em prol desta Casa, em prol da tarefa a que me foi confiado.

Pode ter certeza, senhor presidente, que esta é minha maneira de atuar, minha maneira de agir, somos seres humanos passíveis de erros, que me aponte onde é que está o anjo da moralidade, que teve a indecência irresponsabilidade de fazer tamanha denúncia com tamanha repercussão. Aliás, só posso entender o seguinte: para ganhar o espaço na mídia que ganhei, senhor presidente, e confesso que fiquei até surpreendido que tinha tanto peso, que tinha tanto valor assim. Reconheço as minhas qualidades, reconheço minhas virtudes. Mas, entendo também, senhor presidente, que o objetivo, na verdade, não era o deputado Algaci Tulio, é o bode expiatório de tudo isso aí, porque se canhoto de cheque for comprovante, se fotografia for comprovante, temos muitos tam-

bém, e aliás tem na relação aqui também, tem nessa relação completa também. Mas, na verdade, sou o bode expiatório da história. Estamos num ano político e o que vale neste momento é atingir a imagem do governador do Estado, a quem pertencço como homem de grupo, e ao prefeito Cássio Taniguchi, a quem fui o seu vice-prefeito, ajudei a elegê-lo na última eleição. Foi esta a tentativa. Não fosse assim estariam na Boca Maldita todo o sábado aqueles, sempre de plantão, fazendo a distribuição de panfletos, denegrindo a imagem das pessoas. Mas, faz parte do jogo político. E eu, evidentemente, aceito este desafio.

Senhor presidente, encerro dizendo a Vossa Excelência que encaminharei um ofício logo mais pedindo uma decisão desta Casa, ou convocaremos 03 deputados suplentes da Bancada de Situação ou de Oposição para que possamos dar quórum para o trabalho da CPI. Não vou permitir passar vergonha em Araucária e, muito menos, na Cidade de Maringá.

Concedo um aparte ao deputado Beraldin.

O Sr. Beraldin

Deputado Algaci Tulio, antes para reconhecer em Vossa Excelência, efetivamente, o homem interessado que quando abraça uma missão o faz com muita dedicação, trabalho, denodo, e temos que reconhecer isso. De outro lado, o meu aparte é também de ordem prática em relação a CPI do Narcotráfico e o Crime Organizado. Acho que Vossa Excelência como presidente e o relator deveriam convocar os deputados integrantes dessa CPI, para somente os deputados integrantes reavaliarem o curso da CPI, discutirem o que já foi ouvido, a quem já ouvimos, a quem pretendemos ouvir. Enfim, acho que é de interesse da Assembléia Legislativa, que Vossa Excelência convoque essa reunião somente dos deputados no sentido que a gente, por exemplo, discuta a pauta das reuniões seguintes. Teve uma última sessão da CPI que me ausentei, porque não sabia o que era que estava sendo tratado na CPI. Então, entendo que Vossa Excelência quer manter sigilo, não quer colocar as pessoas em público, muitas vezes levando o nome, denegrindo o nome de pessoas. Agora, os integrantes da CPI deveriam receber uma pauta antes das sessões para saber, até para fazer inquirição ao depoente. Então, acho que essa reunião, somente dos integrantes da CPI, se Vossa Excelência, entender ainda hoje, seria importante, a fim de que possamos reavaliar e rediscutir o rumo da CPI.

O SR. ALGACI TULIO

Agradeço o aparte do deputado Beraldin. Admito até que temos feito algumas reuniões um tanto quanto apressadas porque o processo exige, volta e meia, algumas posições assim.

Mas, também aproveito, deputado Beraldin, para convocar os companheiros que assinaram, que foram indicados pelos partidos a comparecerem as sessões da

CPI, porque, lamentavelmente, até mesmo os companheiros da Bancada governista que foram indicados não têm comparecido. E tenho sido bastante cuidadoso no sentido de não citar a ausência dos Parlamentares, mas tem sido quatro ou cinco que têm carregado o piano da CPI do Narcotráfico. Eu espero que V.Exa. e demais companheiros venham com mais assiduidade às sessões, para que possamos desempenhar o papel importante que nos foi confiado e que a sociedade nos cobra.

Mas entenda, deputado Beraldin, há algumas Sessões que não podemos falar para ninguém a não ser entre nós. Temos feito reuniões constantes mas está difícil localizar alguns companheiros! Peço que se coloquem mais próximos de mim, do relator deputado Ricardo Chab, do Ângelo Vanhoni que é vice-presidente, do sub-relator que é o deputado Edson Strapasson para que trabalhemos em conjunto.

Não quero aparecer, e, sem querer já estou aparecendo, criando problemas, imaginem se eu aparecer, se utilizar os refletores, os holofotes da CPI! Tenho dividido a tarefa com todos os Parlamentares e quando a imprensa vem eu peço que entrevistem todos os integrantes da CPI porque todos merecem a mesma atenção, porque todos estão trabalhando.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Gostaria de perguntar ao senhor Presidente se é de seu conhecimento a relação dos nomes desta suposta lista que está em mãos do deputado Algaci Tulio?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É, sim!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Então, quero dizer a V.Exa. que entrarei com um requerimento para que esta lista seja encaminhada a todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados!

Não vim a esta tribuna agredir ninguém, não tenho ódio de ninguém, não tenho rancor! Sempre fui um parlamentar que defendeu esta Casa e vou continuar defendendo até o fim do meu mandato. Não sei se voltarei à esta Casa novamente, é pretensão, após uma reunião com minha família, que eu não retorne mais, que eu procure cuidar da minha agência de propaganda onde ganho o meu dinheiro, onde pago de três em três meses o PIS, o PASEP, o Imposto de Renda. Me considero o salário mais caro da televisão do Paraná, vendo cotas, tenho dois programas de televisão, um à tarde e outro à noite. São seis

anos de Vereador mais quatro mandatos de deputado, sempre com a cara limpa, defendendo a cidadania, a justiça social, a família, nossos filhos e principalmente defendendo o Parlamento do Paraná!

O primeiro episódio aparece um senhor mascarado e agride um filho e este cidadão está preso e condenado e é o mesmo cidadão que invadiu o apartamento do meu filho com um revólver na cabeça do meu neto e dizia para a minha nora: “se você contar isso para o deputado Alborghetti, eu mato você, seu filho e o filho do deputado”.

Lutei. Implorei. Corri. Internei meu filho em Porto Alegre, na Clínica Gelineki, durante 3 anos. Derramei lágrimas de sangue. E a seqüela que a cocaína deu: meu neto nasceu com câncer. Hoje, procuro salvar a vida do meu neto. Aliás, o deputado Pessuti sabe de toda minha vida. Se existe um deputado nesta Casa que sabe de toda minha vida, é também o deputado José Maria Ferreira. O deputado Hermas, o deputado Nelson Justus, deputado Annibelli sabem de tudo o que passei. O governador Álvaro Dias me ajudou a salvar meu filho. Foi uma luta incansável jornalista Fábio Campana. Foi uma luta. Minha vida é um livro aberto. Não tenho porque não dizer isso.

Depois descobri que o homem mascarado tratava-se de “marrom”, o homem que destruiu meu filho, o homem que eu implorei, na época do governador Álvaro Dias, que esse moço fosse preso. Esse moço é um bandido, um marginal. Eu odiava este homem. E graças a Deus ele foi preso e condenado a 30 anos de penitenciária. E agora ele resolveu se vingar do Alborghetti. Tentou jogar algumas farpas no Alborghetti. Mas, não conseguiu. Meu filho está sadio. Meu neto não move apenas um braço. A vista está sendo corrigida a arcada dentária. O doutor Pagura cortou a cabeça. Injetamos um aparelho. E eu estou lutando. Passei o domingo com meu neto e ele falou: “vovô, você vai morrer antes de mim. Eu vou viver”. Isto, vindo de Londrina para cá, no domingo de madrugada.

Agora, aparece uma lista: 500 reais - Alborghetti 500 reais - Alborghetti, 500 reais - Alborghetti, 500 reais, Alborghetti, 500 reais -... eu fiquei apavorado com aquilo. Fiz uma reunião com meus funcionários e falei: quem é que foi pegar este dinheiro usando o meu nome?

Porque eu não conheço o senhor Paulo Mandelli. Aí eu estaria mentindo, deputado José Maria, eu vi o senhor Paulo Mandelli num café da manhã.

(Passa a ocupar o Horário da Liderança do PFL)

Num café da manhã com altas autoridades. Autoridades imagináveis num café da manhã. E eu fiquei sabendo quem era este senhor. Mas, não conheço. Não sei onde é a loja dele, nem o escritório. Não tenho nada com a vida deste cidadão. Não sei quem ele é, se é bandido, se é marginal, ou deixa de ser. Não me interessa. O que me interessa é que entreguei esta manhã várias certidões a esta Casa, do Ministério Público, do narcotráfico, do desvio de cargas, de crime

organizado, entreguei do Poder Judiciário, nada da minha vida está sendo averiguado. Nada, absolutamente nada, nada. Tanto é que eles examinaram a conta senhor Mandelli e nenhum destes cheques caiu na minha conta. Nenhum deles. absolutamente nada, nada, nada.

Falei para os meus advogados que não queria estardalhaço, Não quero briga, não quero nada, não quero processar ninguém, não quero nada. Deixem minha vida em paz. Quero olhar para os meus netos, para minha família e dizer: “não devo”. Agora, eu sei quem foi lá e pegou. Eu sei. Esta pessoa vai pagar caro. Porque o mundo é uma roda gigante. E, senhores deputados, tenho um programa muito famoso. Tenho dois programas de televisão. Não posso adivinhar que isto foi três anos atrás, numa época de campanha política para Vereador. Eu queria saber quem foi lá e disse: “eu sou candidato a vereador, estou aqui em nome do deputado Alborghetti, sou candidato dele, me arruma 500 reais. Depois aparece lá em mil e quinhentos, dois mil e quinhentos, eu fiquei louco, liguei para uma pessoa, não vou citar o nome, eu falei - vou te processar, você usou o meu nome, etc.

Então, eu cheguei a uma conclusão final, após uma reunião na televisão, eu falei - quero saber quem é que usou o meu nome. Aí eu comecei a fazer um apelo - Atenção, Paraná, quem usar o meu nome nesta campanha política para pedir um tostão, usando o nome do Alborghetti ou do meu programa, chame o Ministério Público, chame a Polícia Federal, chame quem quer que seja e prenda esta pessoa porque todos nós aqui corremos este risco, todos nós, alguém que não goste dos senhores ou algum amigo de vocês pode usar o nome, olha, sou amigo do deputado fulano de tal e vim aqui buscar uma ajuda para minha campanha. E isto aconteceu durante a última campanha política e foram vários candidatos e um deles, um deles não saiam da minha cabeça - eu falei - não é possível, meu Deus do céu, falei - não é possível porque eu vou pegar quinhentos reais se eu ganho um bom salário como deputado, se eu ganho um salário dez vezes maior do que ganho na Assembléia como homem de televisão, se o meu contador é tão sério comigo, cadê as notas fiscais, se tem que recolher o PIS, PASEP, Imposto de Renda, você tem um nome a zelar, falei - mas meu Deus, se eu ganho tão bem, está no meu imposto de renda o que eu ganho, o que eu pago, o que eu recebo na Assembléia, o que eu ganho na minha agência, na LCA, o que eu recebo de cachê de São Paulo no meu programa da noite, hoje mesmo eu fechei um contrato novamente com a Sul América Capitalização, brigamos, mas se eu ganho tão bem como é quer eu vou na casa de um homem que nem conheço, pegar 500 reais, 500 reais e pegar em cheque e depositar na minha conta. Eu seria muito imbecil, um idiota! Se fosse 100 milhões, 20 milhões! Que pé de chinelo sou eu? Vendo estas monstruosidades que estão acontecendo, esta lavagem de dinheiro, eu passei a lista, pertencço a CPI de Cargas - quando vi a lista da CPI de Cargas quase caí duro com os nomes que vi ali.

Quando vi a CC5 que o deputado Ângelo Vanhoni me mostrou, olhei para ele e falei: “Mas, deputado Vanhoni, isto é verdade?” O deputado Vanhoni sabe. Falei: “Meu Deus do céu, quanto dinheiro este povo mandou embora por Foz do Iguaçu, meu Pai!” Aí olhei para o Vanhoni e falei: “Nós somos todos trombadinhas. Ficamos aqui lutando, trabalhando, sou um pé de chinelo, não consegui juntar!”

Então, vim aqui apenas fazer um desabafo, me perdoe, Annibelli, você que me dá tanto conselho, Nelson Justus, me perdoe o Pessuti, Caíto, todos vocês, até o Nereu, todos vocês, não tenho raiva de ninguém, deputado Cartário, que é meu irmão; deputado Hermas, deputado Nelson, Cesar Seleme, cadê o Beraldin - não enxergo - deputado Beraldin, Elio Rusch - tenho que dar uma satisfação a você, deputado, sou do seu Partido, a todos vocês, me perdoem, não queria nem chorar aqui, não mereço isso, sinceramente não mereço isto!

Meu filho não quer mais ir para a universidade por causa disto. Meu filho não quer ir. Meu filho está fazendo Jornalismo. Alguém jogar a minha vida na sarjeta por causa de 500 reais? O Algaci por causa de 450? Não mereço isto! Os senhores querem cassar o meu mandato? Está a disposição, podem cassar. Os senhores querem que eu me afaste, vá embora? Eu vou. Mas, por favor, deixem o meu filho ir para a universidade! Meu filho não quer ir mais. Eu não mereço, meu Deus do céu! 500 reais? Não mereço isso! Não mereço - 500 reais - colocaram o meu nome lá e apagaram o nome da pessoa que pegou este dinheiro, foi apagado e colocaram lá Alborghetti!

Por quê? Não odeio o senador Roberto Requião. Não odeio ninguém! O senador Roberto Requião está me processando - e estou processando o Padre Roque, porque dei uma notícia de invasão de terras, um funcionário dele está me processando e estou brigando com um funcionário do Padre Roque. Dá-se a impressão que é uma vingança e não mereço isso, senhores! A minha vida é limpa. Ando todos os dias nessa cidade e não pensei que haveria uma repercussão tão grande. Passo nas ruas: “Alborghetti, o que aconteceu?” Tenho conversado com o Chab. Não mereço isso! Perdoem-me!

O Sr. Geraldo Cartário

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Alborghetti, tenho o prazer e a honra de ser seu amigo há mais de vinte anos, talvez até mais - no tempo das emissoras coligadas Vossa Excelência patenteava com grande sucesso os seus programas de rádio. Mas vamos esquecer o rádio, o comunicador. Quero que Vossa Excelência saiba que eu, pessoalmente sequer leio algo que venha denegrir sua pessoa, porque como já disse: o conheço há muito tempo.

Gostaria que esta Casa não se transformasse em assuntos como o de hoje, que Vossa Excelência está aqui colocando. Entristece a esse Poder e não podemos nos acovardar perante a algumas denúncias mal colocadas,

ficar colocando o nome de tantas pessoas, levianamente, só porque aparece lá no canhoto. Eu, sinceramente, com todo o respeito que tenho a todos os deputados, me sinto mal conviver com companheiros tão amigos e queridos que tenho, os cinquenta e quatro. Estou me sentindo mal nos últimos tempos, porque vejo que pessoas de bem estão sendo agredidas sem resultado final. Acho que todos poderemos ser julgados, mas não prejudgados, Estou me sentindo mal ultimamente, com problemas de Londrina e com problemas diversos que estão chegando aqui.

Senhor presidente da Assembléia, temos que ter uma Comissão de Ética, sem dúvida nenhuma. Também não queremos que a Casa encubra o que está errado - tem que haver transparência. Mas antes de citar, a ponto de um deputado vir aqui na tribuna e dar explicações pessoais, teria que existir uma reunião, como Vossa Excelência está propondo - li no jornal que a Executiva vai se reunir, para dar um basta a tudo isso. Essa é a minha opinião.

Vossa Excelência transmita a sua senhora, esposa, família, a solidariedade deste deputado.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

A minha esposa está muito doente, só o Pessuti sabe e não vou dizer o que é. Muito, muito doente. Talvez por ele praticar muito esporte, acabou machucando a vida da minha mulher, a sua coluna. Estamos lutando com vários médicos, para que a minha esposa não fique paraplégica. Eu amo muito a minha mulher.

Só quero encerrar e não quero falar mais nada. Não odeio nenhum dos senhores aqui dentro. Não odeio. Nem o filho do prefeito Antonio Belinati, nem o Antonio Carlos. Ninguém! Não odeio ninguém, nem a imprensa, nem o Nereu. Gosto de todos vocês.

Só queria, na hora em que voltar para a casa hoje, o meu filho possa ir à universidade e que ninguém diga a ele que peguei 500 reais, como disse ao Toni, do senhor Paulo Mandelli. Porque até agora o senhor Paulo Mandelli não foi condenado. Acho que você tem que pegar a pessoa - como aprendi com um juiz e vários procuradores e com vários advogados, que me deram uma aula nesta semana, entre eles um catedrático da Advocacia Criminal, o professor René Dotti: primeiro provar. Não quero condenar ninguém e nem a imprensa. Quero agradecer aos companheiros da imprensa, que me conhecem a todos e à Presidência da Casa, a amizade do Annibelli, do Nelson, do Pessuti, de todos vocês. Não quero nominar - do Durval, que é meu confessor, de todos vocês me perdoem, eu não errei, posso ter mil defeitos mas não sou assecla e nem assessor de bandidos!

Muito obrigado e me desculpem pelo desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, em nome de todos, Mesa Executiva, se associa aos momentos desagradáveis por que passa o deputado Alborghetti e tenho certeza que todos os deputados lamentam o que, efetivamente, tenha ocorrido.

Como presidente desta Casa tenho procurado, a todo instante, não permitir que se macule a imagem deste poder e tenho certeza absoluta que, com a colaboração dos deputados, nós temos conseguido manter uma boa imagem da Assembléia, mas uma imagem transparente e verdadeira. E nós, juntos, haveremos de evitar, para o bem deste poder, que fatos desagradáveis ocorram, como este que estamos passando agora.

Sem dúvida, nenhuma passaremos, como bem disse o deputado Cartário passaremos por cima de mais esse desagradável momento, este mau momento e não vamos nos comparar, de maneira alguma, com outros poderes, de outros Estados ou de outros locais que tenham ocorrido situações desagradáveis como essas. Vamos evitar, sim, com equilíbrio e bom senso, a Mesa vai agir, com rigor, com seriedade, com transparência, para evitar que nós fiquemos aí, machucando, irresponsavelmente, uns aos outros.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

É necessário fazer aqui alguns esclarecimentos sobre o tema discutido, nesta tarde, aqui nesta Casa.

Primeiro eu quero dizer que uma discussão como esta não denigre a imagem do Parlamento, denigre a imagem do Parlamento se a Assembléia Legislativa não buscar oferecer à sociedade paranaense as respostas que ela deve dar, isso denigre! Agora, questionar, investigar, fiscalizar, não denigre, pelo contrário enriquece o papel que o Poder Legislativo, obrigatoriamente tem que cumprir.

Quero dizer, senhor presidente, que nós, em nenhum momento, fizemos acusações falsas ou levianas, pelo contrário, aqui nesta Casa, não temos nada contra nenhum Parlamentar, pessoalmente. Não tenho nada contra o deputado Algaci Tulio, tenho uma grande consideração pelo deputado Alborghetti, inclusive conversei com o deputado Alborghetti, durante esta semana. Agora é responsabilidade sim, deste Parlamento, investigar as informações que chegam a esta Casa! E nós não fomos açodados e não fomos irresponsáveis em nenhum momento. O que é irresponsabilidade? Questionar atos, buscar, apurar fatos. Se isto for irresponsabilidade posso ser acusado por este delito.

Quando recebemos os documentos imediatamente levamos ao conhecimento do presidente desta Casa. Para que Vossa Excelência fizesse a investigação. Em todas às vezes que utilizamos a imprensa, e a imprensa está aqui como testemunha, e inclusive nas propaladas ações judiciais que serão movidas iremos requisitar a participação dos órgãos de imprensa. Em nenhum momento dissemos que um parlamentar era responsável por este ou

aquele ato. Queríamos um esclarecimento afim de averiguar se a denúncia era procedente ou não. Se o parlamentar não estava sendo vítima de uma armação ou se efetivamente ele era beneficiário do crime que se apresentava. Não cabe e nem me serve carapuça de irresponsável. Como não serve a informação de que estávamos falando em nosso nome, criando constrangimento pelos meus colegas parlamentares. Quando falei, falei respaldado na minha bancada. Legitimamente respaldado. Quando encaminhamos os documentos havia um respaldo dos meus colegas do PMDB. Que comigo compartilhavam a mesma preocupação, de fazer com que aquele ato fosse investigado pela Assembléia Legislativa. Para saber se as pessoas ali relacionadas deveriam ou não permanecer em uma CPI.

Quero dizer que, no dia em que fizemos a entrega dos documentos, de forma leal, avisamos Vossa Excelência que faltavam duas páginas da denúncia que recebemos. A forma mais leal possível. Porque não temos medo que este documento seja distribuído à imprensa. Porque se for comprovado o envolvimento de quem quer que seja, essas pessoas têm que pagar por isso. Nós dissemos à imprensa que existe alguém do PMDB, e seremos os primeiros a querer saber quem é, e que este cidadão seja punido com rigor. Não queremos esconder a verdade. Um nome do PMDB estava ali claramente relacionado e fomos os primeiros a dizer à imprensa. E este cidadão do PMDB buscou se defender, explicar o seu envolvimento. Mas o que queremos é o esclarecimento, a investigação para o bem da Assembléia Legislativa do Paraná. Se as pessoas ali relacionadas foram beneficiárias ou são vítimas de uma armação para enxovalhar os seus nomes. Foi neste sentido que sempre nos comportamos. É preciso investigar. E a Assembléia Legislativa tem que investigar para preservar a sua respeitabilidade, para continuar tendo a confiança da população. Nós esperamos uma resposta e conforme a resposta de Vossa Excelência, nós iremos ou permanecer ou nos retirarmos da CPI, muito embora, como Vossa Excelência já declarou aqui nesta sessão, a participação da Oposição não faz diferença, porque não faz parte de quatro CPI's. Uma mais, uma a menos, não vai alterar o jogo.

Por isso, a Oposição pode até ficar fora desta CPI que não vai alterar esta situação. Nós não participamos das demais CPI's, porque nós achamos que a Assembléia Legislativa tem assuntos muitos mais importantes para apurar, como é o caso do Pedágio, o caso da Sercomtel, Copel ou o caso do Jogos da Natureza. É dinheiro público que está em jogo. Achamos que estão sendo apurados pela CPI são importantes, são fundamentais, mas têm outros aonde o dinheiro público está sendo questionado e, nós achamos que esses assuntos são prioritários, para serem investigados.

Estamos aí na CPI do Narcotráfico, gostaríamos de continuar participando, mas com três membros, o governo com oito membros. Nós três da Oposição PMDB, PT, PDT.

Agora se as condições políticas indicarem no sentido contrário, senhor presidente, nós iremos nos retirar na CPI do Narcotráfico. Iremos explicar para a sociedade do Paraná, porque que nós estamos saindo.

Não que não entendemos a profundidade, a importância, porque nós sempre fomos os primeiros a dizer aqui desta Tribuna e por todos os lugares por onde andamos, que o Paraná infelizmente de uma hora para outra, se transformou num escândalo a questão do narcotráfico. Envolvendo autoridades do governo, policiais, políticos e pessoas que nós jamais imaginávamos, que um dia tivesse o seu nome envolvido com a situação do Narcotráfico.

Achamos que era importante, por isso, nós somos os primeiros a propor aqui, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar esta situação.

Por isso, para deixar bem claro aqui a questão do PMDB, para que não passe a idéia de que nós agimos com deslealdade.

Relacionamos, não mostramos documentos para quem quer que seja da imprensa deste Paraná. Busco e invoco aqui o testemunho da imprensa, de qualquer órgão de comunicação do nosso Estado, se a Bancada do PMDB distribuiu algum tipo de documento relacionando os nomes de quem quer que seja.

Invoco aqui o testemunho da mais responsável imprensa do nosso Estado, se nós fizemos chegar a quem quer que seja qualquer documento denegrindo o nome deste ou daquele parlamentar.

Levamos assim que recebemos os documentos à Bancada, discutiu e chegamos a conclusão que o melhor encaminhamento era levar os documentos ao conhecimento de Vossa Excelência, senhor presidente, para que fosse investigado, para saber se ao certo, as pessoas que ali estavam relacionadas, inclusive, pessoas do meu Partido. Era ou não beneficiários do esquema de carros roubados, do esquema dos desmanches de carros em Curitiba, para que tudo fosse esclarecido e os culpados punidos, inclusive do PMDB.

Porque para nós interessa que a verdade seja a única a prevalecer, senhor presidente.

De forma que não me considero irresponsável, pelo contrário, considero que estamos aqui cumprindo o nosso papel com responsabilidade, não temos realmente a intenção de ferir a imagem de nenhum parlamentar desta Casa. Não tenho nada pessoalmente contra ninguém. Não tenho. Agora, se chega um documento na nossa mão, a responsabilidade de esclarecê-lo e investigá-lo é evidente que não podemos ser irresponsáveis de não querer esclarecer esse fato e é por isso que ainda estamos a exigir. Queremos saber das pessoas relacionadas pelo Paulo Mandelli nos canhotos dos cheques de Paulo Mandelli, quem é vítima de armação e quem é beneficiário desse esquema e após essa investigação, que nós achamos que a CPI do narcotráfico deveria cumprir, ela que deveria quebrar o sigilo bancário de todos os relacionados ali para saber

efetivamente quem foram os que ganharam dinheiro ou quem está sendo vítima de armação política e nós poderemos relacionar ao povo do Paraná, os culpados. Podemos vir aqui ou ir à imprensa e dizer o nome ventilado não merece ser castigado porque ele é vítima de uma armação política.

Para concluir, quero dizer que não existe política em cima disso. Não queremos menosprezar ou valorizar muito as pessoas. Nós não queremos atingir o prefeito Cássio Taniguchi falando de um deputado ou de outro. Ele tem a sua força política e não vai ser um problema aqui da Assembléia que vai interferir no seu prestígio ou no seu desprestígio.

Não achamos que vai ser um probleminha pequeno, localizado aqui na Assembléia, que irá desgastar a imagem do governador Jaime Lerner. É muita pretensão da minha parte, querer achar que eu possa desabonando a minha conduta, castigar a imagem do senador Roberto Requião. Não. Não existe política não, senhor presidente. Vamos colocar as coisas no seu devido lugar. O que interessa a Oposição e a quem quer que seja, porque não entendemos que seja algo da Oposição, é esclarecer.

Ora, tem gente do PMDB nos canhotos do Paulo Mandelli? Por que nós iríamos estar aqui querendo saber a verdade, se existem pessoas do nosso Partido? Por isso nós achamos que, seja do PMDB, da Oposição, da Situação, a verdade tem que prevalecer.

O Sr. Irineu Colombo

Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Primeiro, manifestar mais uma vez e para toda a Casa que o pronunciamento de Vossa Excelência, a partir e hoje, passa a ser endossado pelo Bloco de Oposição, no sentido de que, no mínimo, as pessoas que estão sendo motivo de informações e denúncias, sejam analisadas sem as emoções que envolvem o momento, com racionalidade e esclarecidas à opinião pública, porque a Presidência de uma CPI é um negócio absolutamente seriíssimo e a Oposição está preocupada com a questão.

Então, precisamos de uma CPI que dê resultado, porque é muito difícil começar uma CPI - agora, quero ver terminá-la. nesse momento, são duas denúncias que aparecem, duas informações que no mínimo, prejudicam o nível de isenção da CPI, mas não seremos nós, da Oposição que vamos dizer o caminho.

Espero que a Presidência da Casa, sua assessoria, a Comissão de Justiça indiquem o caminho.

O SR. NEREU MOURA

Para concluir, senhor presidente.

Quero dizer que não tenho nenhum preconceito em relação às mulheres ou aos homens, a ser macho ou ser fêmea. Eu acho que a responsabilidade das mulheres e dos homens é no mesmo nível. Eu, como homem, procuro ser responsável no que falo, não acho que o

macho por ser macho tenha que ter essa posição acentuada em relação à questão feminina.

Procuro avaliar, assinar em baixo do que faço, com responsabilidade, naturalmente e nem por isso tenho algum preconceito com relação às mulheres.

Por isso fica claro aqui que em nenhum momento, nós fizemos denúncias irresponsáveis em relação a qualquer parlamentar. Apenas pedimos que esses fatos sejam bem esclarecidos para o bem da Assembléia Legislativa e para o próprio bem dos parlamentares que compõem este Poder

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

O momento que vivemos nesta Casa, que estou aqui há dez anos, não me recordo de nenhum momento igual a esse. É um momento de apreensão, um momento de desconforto e um momento em que esta Casa, acredito, deveria criar aqui uma agenda positiva e começar a discutir as questões do Paraná.

Ouvi há pouco aqui quando, repetidamente ouço, que se exige explicações Copel, Sercomtel. Volto a esta tribuna e repetidamente digo e coloco à disposição dos senhores parlamentares, todas as informações que forem necessárias, da Copel. Mesmo o Ministério Público ouvindo a juíza ou a promotora em Londrina, ela já requereu as informações da Copel e dos procedimentos de como a Copel já efetuou os pagamentos da Sercomtel, mas vejo que o objetivo é fazer a crítica pela crítica e me desculpe, deputado Nereu Moura, pensar dessa maneira.

Eu, ao longo da vivência aqui nesta Casa, conheci o deputado Algaci Tulio, o deputado Alborghetti.

O deputado Algaci Tulio, um dos parlamentares que ganhou o meu respeito, pelo seu trabalho. Um homem que não falta nada. Se tiver uma comissão funcionando, está lá o deputado Algaci Tulio presente e trabalhando. Se tiver qualquer evento de interesse público, está lá o deputado Algaci Tulio, presente e trabalhando. Nas sessões desta Casa, ele foi líder da nossa Bancada e até por força do cargo, quase nunca faltou às sessões, porque sei quantas vezes ele faltou porque pediu que o representasse. Após termos assumido a liderança do governo, o deputado Algaci Tulio voltou a esta Casa, continua o mesmo deputado, atuante, trabalhador, assíduo frequentador dos trabalhos desta Casa.

Olhem, prezados parlamentares, ouvi e vi um programa, na TV Cultura e disse agora aqui um jornalista, o nome do programa, onde estava presente um deputado federal que fez história neste país, porque foi o deputado federal que era presidente do Congresso Nacional, da Câmara e que presidiu a cassação do presidente da República, Fernando Collor e ouvi na 2ª feira passada,

uma entrevista do Ibsen Pinheiro, quando a imprensa fazia uma análise de toda aquela situação - criada com aquele parlamentar, quando foi acusado, se não me falha a memória, por 20 mil reais e lá se fez uma análise e vi o Ibsen Pinheiro, um homem envelhecido, um homem amargurado, um homem triste, mas um homem que o Supremo Tribunal Federal depois de 10 anos arquivou o processo por falta de provas contra o deputado Ibsen Pinheiro.

Imaginem o que tem dentro daquele homem, o que sente aquele homem que era um dos homens mais fortes da República, era um dos homens que poderia ser candidato a presidente da República pelo PMDB daquela época, era um dos homens mais influentes da política daquela época, e ele, ali na sua entrevista, fustigado pelo deputado Nilo Teixeira do Rio de Janeiro. Deputado Nilo Teixeira dizia a Ibsen Pinheiro de que ele deveria citar o porquê ele fez parte daquela trama e da execração pública que ele sofreu. Ele do alto da sua sabedoria, um homem de sotaque gaúcho disse o seguinte: não sou eu o homem para fazer qualquer comentário do que aconteceu comigo. Imaginem, um homem que foi lhe arrancado um mandato, um homem que foi execrado na opinião pública, um homem que não podia andar nas ruas de Porto Alegre porque valia o que se dizia e não valia a verdade.

Por isso, senhor presidente, acho que é chegado o momento desta Casa. Além de traçarmos aqui e termos uma agenda positiva de tantas questões que tem o Estado do Paraná, e sei que daqui a pouco vai falar o deputado Hermas Brandão, aqui desta tribuna, uma questão importantíssima para este Estado, temos muitas questões que podem ser discutidas. Quero dizer aos senhores deputados que não subi a tribuna porque quem sou eu para fazer a defesa de 2 parlamentares, como o Alborghetti e Algaci Tulio, nem aqui para acusar qualquer outro parlamentar.

Mas é chegado o momento, já fiz Oposição nesta Casa, já fizemos Oposição aqui junto com o deputado Algaci Tulio e outros parlamentares, quando éramos minoria. E não lembro nunca de termos trazido aqui qualquer documento que não tivesse consistência, pode ser que no futuro esta relação venha ser comprovada, mas até o prezado momento nem o próprio homem que é uma das pessoas que está acusada de crime que é o seu Mandelli, ainda não foi condenado.

Acredito que neste momento, é papel desta Casa, primeiro preservar a verdade, segundo, investigar sim para ir em busca da verdade, segundo, investigar sim para ir em busca da verdade, mas sempre com prudência, a prudência vai fazer com que esta Casa cresça, o nosso trabalho vai fazer com que a nossa dignidade apareça e certamente este momento que estamos vivendo de apreensão, esse momento de desconforto dentro desta Casa porque também não me sinto confortável, por isso pedi ao senhor presidente que se traga ao conhecimento dos senhores parlamentares toda a lista, porque não é

possível que se cite apenas um ou dois nomes de uma lista aonde tem 300 pessoas e que pode.

Ora! Senhores, quem foi membro de uma CPI do Narcotráfico, como o deputado Algaci Tulio, porque é que no decorrer desse tempo qualquer cidadão pode ter colocado lá na lista, ou no canhoto, onde quer que seja, numa folhinha o valor, escrito o nome desse parlamentar, até porque ele vem atuando ao longo do tempo na CPI, colaborou com a CPI Nacional. Os senhores acham que os narcotraficantes estão satisfeitos com esses parlamentares? Claro que não estão. É o objetivo dos narcotraficantes desmontar a CPI aqui na Assembléia, é o objetivo dos narcotraficantes desmontar e desqualificar os senhores parlamentares para qualquer investigação. Daqui uns dias, temos aí a CPI dos Combustíveis fazendo uma bela atuação, não tenham dúvidas que vai surgir problemas em cima de Parlamentares. Temos aí a CPI dos Supermercados, não tenham dúvidas, senhores deputados, que vai surgir. Por quê? Porque é o objetivo de quem está sendo investigado. É o objetivo deles criar problemas para que essas comissões não sigam em frente e não dêem o resultado que a sociedade espera. Porque se não der resultado essas CPI's, estaremos aqui fazendo o jogo das pessoas que estão cometendo crimes contra a nossa sociedade. Por isso, peço aos deputados de Oposição, que já não participam de 04 CPI's, que achamos fundamental e importante para a nossa sociedade.

Por isso, peço aos deputados de Oposição, que já não participam de 04 CPI's, que achamos fundamental e importante para a nossa sociedade que deixem o Ministério Público aprofundar as investigações em cima das pessoas citadas que estão isentos neste momento, não nós, parlamentares, fazemos esta investigação. Mas, vamos prosseguir no nosso trabalho, não vamos desmontar as nossas CPI's, vamos prosseguir. E certamente no dia em que o relator da CPI vier aqui fazer, ler o seu relatório, vamos nos sentir orgulhosos do trabalho que nós fizemos neste período legislativo, nesta Casa. Por isso, precisamos, neste momento, de amadurecimento e de muita prudência para não fazermos o jogo daquele que não tem interesse que as investigações cheguem onde queremos.

Agradeço aos senhores parlamentares por terem me ouvido, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO

Senhor presidente, senhores deputados:

Temos a satisfação de hoje registrarmos nos Anais desta Casa uma grande conquista para o nosso Estado do Paraná. Tivemos a oportunidade de, na última semana, junto com os companheiros deputados estaduais: Orlando

Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Multinho Puppio, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli e deputado Beto Richa, representar esta Casa de Leis junto à reunião anual da Organização Internacional de epizootia, quando nosso Estado, numa decisão por todos os Países ali participantes, foi considerado livre da febre aftosa, mesmo com vacinação por mais dois anos.

É uma luta que vem de muito tempo! Lembramos, senhor presidente, que o Paraná, logo que o governador Jaime Lerner assumiu seu primeiro mandato, iniciou um trabalho em busca desta oportunidade. Foi iniciado um trabalho e gostaria, nesta oportunidade, de cumprimentar os funcionários da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná pelo brilhante trabalho que fizeram para podermos ter esta conquista. Mas, não foram só os funcionários da Secretaria de Agricultura, foi também a participação, a parceria, das entidades do setor agropecuário e não poderia deixar de citar a Faep através do seu presidente, a Ocepar através do seu presidente João Paulo, as sociedades rurais de todo o Estado do Paraná. E, também não poderia deixar de citar a participação efetiva da Assembléia Legislativa do Paraná. Nós não tínhamos, até 96, uma Lei que desse oportunidade para a Secretaria de Agricultura fazer as exigências necessárias de defesa sanitária em nosso Estado. Em agosto de 96 tivemos a aprovação nesta Casa de Leis, por todos os senhores deputados, da Lei de Defesa Sanitária do Estado do Paraná.

Após a aprovação desta lei foi criado o Conselho Estadual de Sanidade Agropecuário do Estado e começou-se uma campanha intensa em todo o Estado para que pudéssemos conquistar o que conquistamos na última quarta-feira, este certificado para a exportação de carne do Paraná para a comunidade européia.

Só para os senhores analisarem a importância desta conquista: o Paraná hoje exporta somente dez milhões de dólares de carne bovina para o exterior. Teremos, com esta conquista, a possibilidade de exportarmos, já neste ano, cinquenta milhões de dólares dando um passo aumentar nosso setor aqui no estado. Serão novos frigoríficos, serão novos grupos participando, teremos mais geração de empregos porque temos, aproximadamente, dez milhões de cabeças no nosso Estado e teremos a oportunidade de gerarmos mais renda e mais riqueza ao pecuarista do Estado do Paraná.

Por isso, senhores deputados, esta conquista é de todos os paranaenses. É conquista de um setor que luta há muitos anos e que gera muito emprego em nosso Estado, é uma conquista de um setor que gera renda para nosso Estado, mas que terá condições de gerar muito mais à partir da última quarta-feira.

Concedo aparte ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Deputado Hermas Brandão e demais deputados:

Quis o deputado Hermas Brandão fazer referência aos diversos fatores que contribuíram para que o Paraná

chegasse ao ponto que se encontra hoje de igualdade aos Países mais desenvolvidos principalmente no fornecimento de carne ao Comércio Comum Europeu.

Queria que ficasse registrado nos anais desta Casa, deputado, a sua atuação como secretário de Agricultura do Paraná, que tivemos enquanto Vossa Excelência ali esteve não só o amparo para que este objetivo fosse alcançado mas também a saudade que temos no interior do Paraná não só das verbas, muito menos deste Paraná 12 meses que não está completo, mas da presença física que o senhor fez em todos os quadrantes do nosso Estado.

Lembro-me perfeitamente bem e o doutor Gastão é mais testemunha ainda, que a gente, aqui no Parlamento, quando se deslocava a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, era difícil que em uma semana a sua pessoa não estivesse num lado do Estado ou no outro quadrante do Paraná. Foi a tenacidade, a competência, a honestidade e acima de tudo foi a operosidade da sua pessoa frente aquela importante pasta do Estado que trouxe a nós este orgulho, que esta comitiva de senhores deputados nos fez representar, naquela oportunidade.

Acompanhamos pela imprensa nacional, aonde o Brasil, destacado o Paraná e principalmente esta meta alcançada, tinha e tem que ser dividida com a sua presença frente à Secretaria de Agricultura do nosso Estado.

Queria adendar esta nossa participação, senhor presidente e senhores deputados, para que ficasse registrado, também, em todos aqueles acontecimentos, o fato, este que nós relatamos, que nós somos testemunhas do que ocorreu.

O SR. HERMAS BRANDÃO

Agradeço ao deputado Luiz Carlos Zuk, acho que a conquista tem que ser dividida por todos os paranaenses, inclusive nosso atual secretário da Agricultura, doutor Leonel, que deu continuidade ao trabalho por nós iniciado naquela secretaria. Acho que se não fosse o comprometimento de todos os setores, e volto a afirmar, do quadro excelente de funcionários que nós temos, na Secretaria de Agricultura, o Paraná não teria, hoje, alcançado este importante certificado de liberação.

Quero passar a palavra ao nobre deputado Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Hermas Brandão, demais deputados, quero neste dia, em primeiro lugar, evidentemente como deputado estadual, mas também como médico veterinário que sou, de formação universitária, como extensionista rural que fui, da Emater-Acarpa do Paraná, manifestar minha alegria e meu contentamento por poder ter integrado a comitiva liderada por Vossa Excelência que foi à França, na reunião da Organização Internacional de Epizootias para desta assembléia geral e das reuniões temáticas participar e assistir a votação da Resolução nº 12, que permitiu ao Estado do Paraná, a parte do Estado de São Paulo, parte do Estado de Minas Gerais, parte do Estado

de Goiás, Distrito Federal e parte do Estado do Mato Grosso, que fossem eles considerados como Estados livres de febre aftosa, com vacinação.

Esta alegria que sinto, deputado, ela vem não de apenas ter ido à cidade Luz, Paris, mas de ter podido participar deste fato histórico. Porque eu me lembro, nestes 22 anos de formação que tenho como médico veterinário, das tantas e tantas, a centena, e as milhares de vezes que visitei uma propriedade rural como médico veterinário, para prestar orientação ao produtor e para tentar, em alguns casos, salvar os animais acometidos por esta virose, por esta doença, que em muitos casos é fatal não só para os animais, mas também para as pessoas que podem esta doença adquirir.

E é importante que se reflita, neste momento, sobre a luta que se desenvolveu neste Estado e neste País ao longo de mais de uma centena de anos, para que pudéssemos chegar ao ponto que chegamos agora e dizer que no Paraná há mais de 5 anos não se constata um caso sequer de febre aftosa, a ponto de podermos dizer que aqui no nosso Estado, a exemplo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a febre aftosa já está erradicada.

A estória da febre aftosa em nosso País começa lá por 1896, nas Minas Gerais, quando pela primeira vez se constatou a presença desta enfermidade. E de lá para cá, muitas ações governamentais do Ministério da Agricultura, em especial, foram desencadeadas para que pudéssemos ter num primeiro momento o controle da enfermidade e para que pudéssemos chegar agora erradicação da febre aftosa em nosso Estado. Radicação esta que foi fruto de um trabalho iniciado no Estado do Paraná há muitos anos atrás e hoje recebi de um colega meu, o doutor Giomar, já aposentado do Ministério da Agricultura, um recorte de jornal, uma fotocópia de uma publicação do jornal Diário do Noroeste, de Paranavaí, do dia 5 de julho de 1966 e a manchete diz: Ney e Paulo sábado em Paranavaí, início da vacinação contra febre aftosa. Em 1966, o governador da época Ney Braga, o Secretário da Agricultura da época, Paulo Pimentel, iniciavam lá em Paranavaí a vacinação de febre aftosa. Depois disto tivemos o Gecof - Grupo Executivo de Combate a febre aftosa, tivemos a Cafap - Campanha da Febre aftosa no Estado do Paraná, centenas, milhares de colegas meus, médicos veterinários, se colocaram de corpo e alma, no controle primeiro e depois na erradicação e a partir da sua presença, Hermas Brandão, como secretário da Agricultura, deu-se realmente um grande impulso, um arranque definitivo numa parceria com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, numa parceria com a Organização das Cooperativas do Paraná, numa parceria, enfim, com os produtores de um modo geral para que pudéssemos colocar o Paraná em condições de se submeter a um processo de sorologia, coleta de sangue e análise do sangue desses animais para que pudéssemos reivindicar e ao final receber o certificado de liberação de febre aftosa.

Isto para nós é muito importante. O Paraná livre de febre aftosa, Vossa Excelência já colocou muito bem,

estará em condições de num primeiro momento quintuplicar, talvez multiplicar para dez até a sua capacidade de exportação. E ainda hoje quando conversava com Vossa Excelência dizia que tínhamos que tomar algumas providências, adotar algumas providências, foi isto também que disse ao presidente Nelson Justus, na sexta-feira à tarde quando tendo retornado da viagem fui até ele fazer um relato pessoal daquilo que tinha observado nesta viagem, de que temos que de imediato, a Assembléia Legislativa, tomar à frente como tomou Vossa Excelência naquele momento para de novo numa parceria com a Secretaria da Agricultura, com a Faep, com a Ocepar, com o Sindicarne, com a Secretaria da Indústria e Comércio, com as nossas agências de financiamento, como é o caso da agência de fomento, como é o caso do BRDE, encontrarmos de imediato condições para que possamos colocar os nossos frigoríficos em condições de abate qualificado e com todos os requisitos para exportação, mas que possamos também ter linhas de créditos disponíveis aos nossos produtores rurais que agora terão que buscar através da qualidade do seu produto, um espaço que até hoje eles não dispunham no Mercado Comum Europeu ou nos Estados Unidos, Canadá, México e outros países, inclusive do continente asiático.

Quero cumprimentar Vossa Excelência, aos demais Parlamentares que conosco estiveram e aos demais Parlamentares que não foram, mas que em aqui permanecendo deram a nós o respaldo e sustentação que precisava o Estado do Paraná, em lá estando presente colocar de viva voz o que pensa a respeito de tudo isto e o que pode o Paraná fazer para mais engrandecer o setor produtivo rural e o setor produtivo não só do Estado, mas também do País. Parabéns a Vossa Excelência pelo que fez, ao Secretário Poloni por aquilo que está fazendo, ao Ministério da Agricultura: Faep, Ocepar e aos produtores rurais e aos médicos veterinários que vestiram a camisa na erradicação da febre aftosa em nosso Estado.

O SR. HERMAS BRANDÃO

Agradecemos as palavras de Vossa Excelência, deputado Pessuti, mas queremos frisar mais nesta oportunidade que foi muito importante a parceria de todos os setores produtivos do estado e a sociedade reconhecer isto. Nós temos hoje no Estado do Paraná, senhores deputados 153 conselhos municipais ou intermunicipais destinados à sanidade agropecuária. Há a participação da comunidade, da sociedade e do setor. Por isso entendemos que o trabalho feito na Secretaria de Agricultura desde 95 e continua sendo feito até o presente momento, é o caminho certo para erradicarmos definitivamente a febre aftosa em nosso Estado - como foi conseguido na última quarta-feira.

Concedo um aparte ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre deputado, ouço com atenção a exposição de tudo aquilo, que aconteceu na viagem da comitiva convidada pela Federação da Agricultura, para acompanhar a votação, na França, sobre a questão relacionada a febre aftosa no Estado do Paraná. O senhor explicou muito bem que vem de muito tempo essa ação e esse trabalho. E nós vimos e acompanhamos o resultado final de tudo, de onde o Estado do Paraná está livre da febre aftosa - na parte sanitária já conseguiu o seu objetivo. O Estado do Paraná começa a se preparar, para exportar, para os países europeus a carne paranaense.

Também quero trazer aqui um resultado importante da viagem que foi na reunião, na embaixada brasileira, de onde os representantes do governo francês e também representantes dos importadores de soja da Europa, lá estiveram para discutir a questão da soja transgênica - uma discussão ampla, onde os deputados estaduais estiveram presentes e deputados federais participaram de uma discussão ampla, sobre a compra que a Europa faz da soja brasileira. Para se ter uma idéia, a França compra quatro milhões de toneladas de soja brasileira, é o grande comprador, junto com os demais países europeus. Ficou claro, nessa discussão, se abriu um horizonte para que nós, que vamos ter em um futuro próximo, que escrever e aprovar uma lei no Estado do Paraná, sobre a possibilidade de plantar soja transgênica ou não.

Abriu-se um horizonte para termos subsídios, para que em um futuro próximo possamos trazer a esta Casa, neste plenário, a discussão sobre a soja transgênica e que possamos saber exatamente o que fazer. Porque foi muito importante, essa reunião, na embaixada brasileira, da sua ampla discussão, dando para pegar exatamente o que os europeus, o que os franceses, o que os técnicos pensam da soja transgênica.

Parabéns pela iniciativa, nobre deputado Hermas Brandão, o convite que fez aos deputados estaduais, que compuseram esta comissão, que podem ter a certeza que acompanharam um momento importante para o Estado do Paraná, principalmente, na liberação da febre aftosa e também na questão dos transgênicos. Em um futuro próximo estaremos discutindo, neste plenário, e aprovando o que deve o Estado do Paraná fazer com relação ao seu plantio de soja.

O SR. HERMAS BRANDÃO

Agradeço as palavras do deputado Plauto.

A seguir, concedo um aparte ao deputado Fernando Ribas Carli.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Nobre deputado Hermas Brandão, quero ressaltar o momento histórico que o Paraná está vivendo e que, tenho certeza, a grande maioria da população paranaense não avaliou ainda o fato acontecido, em Paris, na semana passada, quando nós lá estávamos, capitaneados pelo nobre deputado Hermas Brandão na delegação da Assem-

bléia Legislativa que lá a presenciar a votação na Organização Internacional de Epizootias, para que o Paraná fosse considerado uma área livre da aftosa e com isto o gado bovino criado no Paraná tivesse condições de ingressar no mercado europeu.

Digo momento histórico, nobre deputado Hermas Brandão, porque todos nós conhecemos a grande novela da carne no Paraná. A grande novela dos frigoríficos que abrem as portas em um dia e fecham no dia seguinte - inviabilizando um setor importantíssimo da economia, um setor que pode alavancar muitíssimos empregos.

Mas um setor que nos últimos anos tem ficado somente em mãos de picaretas. Quando empresas de porte tentaram ingressar nesse mercado, não suportaram a concorrência desses picaretas, que fazem os abates clandestinos ou fazem os abates não recolhem os impostos que são necessários recolher.

Com o advento da liberação do gado criado no Paraná para exportação, vamos viabilizar o ingresso, nesta atividade, de empresas sólidas, de empresas sérias, porque toda mercadoria exportada é isenta de tributação e o Estado tem a sua compensação, através da Lei Kandir. Com isso vamos alavancar desenvolvimento, empregos, vamos alavancar uma atividade que gera empregos, na área primária.

E quero cumprimentá-lo, deputado Hermas Brandão, cumprimentá-lo pela sua ação decisiva, reconheço tudo aquilo que relatou o nobre deputado Orlando Pessuti, profissional da área, militou na área, e quando fez exposição das outras autoridades que vêm trabalhando, desde o século passado, na erradicação da febre aftosa.

Mas quero enaltecer aqui, nobre deputado Hermas Brandão, o seu trabalho, o trabalho à frente da Secretaria da Agricultura, quando, juntos fomos nomeados secretários em 1995, no primeiro mandato do atual governador, Jaime Lerner, o senhor como secretário da Agricultura e eu como chefe da Casa Civil. E lembro, muito bem, das reuniões que tínhamos, o senhor reunido com a Federação da Agricultura, com os diversos órgãos envolvidos na agricultura e na pecuária do Estado, o senhor levou a decisão política ao governador do Estado, para desenvolver este trabalho no sentido de fazer com que a febre aftosa fosse erradicada no Paraná. E isso aconteceu em função da vontade política do governador, mas principalmente do senhor, que foi a campo, viajou o Paraná, foi em todos os rincões deste Estado, levando a mensagem que o governo do Estado estava disposto a erradicar a febre aftosa do nosso Estado.

Então, nobre deputado Hermas Brandão, quero aqui parabenizá-lo como também quero parabenizar a FAEP, através de seu presidente Meneghetti, pela grande parceria que fez com o Estado, com a Secretaria, com todos os órgãos, enfim com a comunidade do Paraná, que se envolveu neste trabalho.

E também o atual secretário, Leonel Polonni, que levou à frente este trabalho, porque quando um trabalho

se inicia de uma forma bem feita, e ele tem continuidade, colhemos os bons resultados. E o resultado que o Paraná colhe hoje, nobre deputado Hermas Brandão, é o resultado que o senhor é o grande responsável pelo trabalho que realizou à frente da Secretaria da Agricultura do nosso Estado. Por isso quero parabenizá-lo e sinto orgulho de ter participado dessa delegação, como sinto orgulho de ter sido seu colega secretário, no primeiro governo do atual governador Jaime Lerner.

Ao senhor os meus parabéns. Também parabenizo porque o povo paranaense que será o grande beneficiário com a geração de empregos, com a geração de riquezas e com a alavancagem do nossa economia. O Paraná todo hoje deveria comemorar, o Paraná todo hoje deveria soltar foguetes, em todos os rincões, porque esta é uma conquista de todos aqueles que aqui moram, que aqui trabalham e principalmente que amam o Paraná como todos nós amamos.

Meus parabéns, nobre deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO

Agradeço, nobre deputado Fernando Ribas Carli e tenho a certeza que são todos os paranaenses que ganham inclusive a qualidade de carne que vamos consumir, no nosso Estado tem a rubrica, tem a chancela de carne de ótima qualidade.

Concedo o aparte ao deputado Divanir Braz Palma.

O Sr. Divanir Braz Palma

Nobre deputado Hermas Brandão, quero aqui deixar também meu voto de alegria, de orgulho, de satisfação de ter participado desta comissão indo à França e presenciado lá o reconhecimento internacional, tendo um trabalho desenvolvido por toda a categoria que é da agropecuária do Paraná.

Vossa Excelência quando secretário da Agricultura, detonou a aceleração do processo de erradicação da febre aftosa, no Paraná. Uma doença que se pega, com a maior facilidade, pelo ar, pela saliva, pelo contato pessoal, enfim, o gado andando no pasto, em qualquer lugar está sujeito a pegar esta febre. E nós, com o trabalho, com um esforço concentrado do Governador Jaime Lerner na contratação de veterinários, de engenheiros acelerou esse processo e hoje estamos colhendo esses frutos que são esforços de todas as classes e de todas as autoridades responsáveis pelo processo fitossanitário no Estado do Paraná. A importância desse acontecimento no plano econômico, social e no plano moral. Porque no Brasil com 27 estados somente oito estados temos a liberação da febre aftosa e o Paraná é um deles. Esse selo de qualidade que a nossa carne passa a ter vai fazer com que multipliquemos 10 ou 20 as exportações. Trazendo mais riquezas para o campo uma pecuária mais robustecida e um pecuarista mais seguro e mais confiante em investir na melhoria de suas pastagens, na qualidade de seus rebanhos, porque sabe do mercado firme, seguro que é o mercado internacional.

Vossa Excelência como pecuarista que é teve essa visão de acelerar esse processo e hoje estamos colhendo graças a sua luta e do governador Jaime Lerner.

Nesta Casa, acontecimento como este é que dá satisfação de nos anunciarmos como deputado, como homem que representa o povo.

Por isso digo com alegria porque este momento traduz o resultado de um trabalho de homens humildes do campo, de homens responsáveis, de profissionais do Emater e de uma orientação de governo que mostra que existe um governo firme, disposto a atender todos os setores do Estado do Paraná e faça se representar no cenário internacional como um povo trabalhador, sério e competente. Parabéns!

O Sr. Cezar Silvestri

Caro Amigo Hermas Brandão.

Gostaria de parabenizá-lo pelo seu trabalho frente a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, e por essa conquista de estarmos hoje comemorando estar livre da febre aftosa.

Infelizmente a imprensa não tem dado a importância devida a essa conquista. Nós que sabemos da importância da pecuária no Estado do Paraná estamos hoje eufóricos e sabemos que estamos iniciando um novo tempo na pecuária paranaense.

Parabéns deputado Hermas Brandão. Quero parabenizar o secretário Poloni e a todos aqueles que se empenharam nessa luta. Tenho certeza absoluta que muito falaremos sobre essa conquista, porque sem dúvida nenhuma a pecuária paranaense inicia um novo tempo.

Muito obrigado!

O SR. HERMAS BRANDÃO

Agradeço os apares.

Mas realmente o Paraná vive um novo momento no setor agropecuário, principalmente no setor pecuário.

Não poderia deixar de agradecer os Parlamentares que compuseram essa comissão. Agradecer os deputados federais que estiveram em todos os momentos conosco nessa busca, nessa conquista para o Paraná.

Gostaria também de fazer um registro a "Folha de Londrina", na última quinta-feira dia 25, no seu informe folha, no item primeiro tem a seguinte matéria: "Só Mordomia". Acusa esse deputado, o deputado Miltinho Puppio, o deputado José Janene de não participar das reuniões em Paris. Infelizmente não sei se foi uma brincadeira de mau gosto da jornalista ou do jornalista ou se é uma jornalista má intencionada.

Porque participamos de todos os eventos, desde o dia em que chegamos lá, que por sinal chegamos junto com a delegação de jornalistas. Participamos já no dia em que chegamos à tarde, de uma reunião junto com o ministro de Agricultura do Brasil, junto aos membros da Organização Internacional de Epizootias e participamos de todas as reuniões durante os dias que estivemos lá.

Estivemos em contato com os exportadores, importadores e mantivemos realmente um grande diálogo com os técnicos da Organização Internacional de Epizootias.

Então, só podemos realmente criticar essa matéria verdadeira. Nós que sempre respeitamos e admiramos a imprensa do Paraná. Mas, não podemos aceitar quando se coloca uma notícia mentirosa como foi colocada nessa informe folha, no Jornal da Folha de Londrina, na quinta-feira. Não podemos concordar.

Resolvemos deixar aqui o nosso registro, porque todos aqueles Parlamentares que estavam em Brasília, o secretário Antonio Leonel Poloni, o presidente da FAEP, os representantes das sociedades rurais, do Paraná, da Ocepar, os técnicos da Secretaria de Cultura são testemunhas da nossa presença, nas discussões, em todos os acontecimentos naquela capital.

Informar também novamente como foi que anunciamos que iríamos a Paris, em uma delegação, que foi a custo zero para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Não teve custo nenhum para a Assembleia.

É necessário esclarecer isso aos senhores da imprensa, porque essa notícia da Folha também faz referência aos gastos dos senhores deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças, PT, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

Esta presidência registra com satisfação a presença do ex-deputado, ex-secretário Joni Varisco, seja bem-vindo a nossa Casa.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente e senhores deputados, acompanhei a discussão que aconteceu no Plenário desta Casa, a respeito dos fatos relativos à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o crime organizado.

O senhor presidente e outros deputados, tanto os deputados da situação, como os deputados da Oposição sabem da minha opinião a respeito deste caso.

Acho que o procedimento correto, isso relativo a qualquer deputado, no caso foi o aparecimento do nome do deputado Algaci, do deputado Alborghetti em canhotos de cheques que podem ter recebidos contribuições ou não do Mandelli.

O procedimento correto seria, antes que esse episódio viesse a público, de que a própria Comissão e a Assembleia Legislativa tomasse as providências de buscar as informações a respeito do caso. Temos instrumentos para isso, não só instrumentos do Poder Legislativo da própria Comissão, quanto também junto ao Ministério Público do Estado do Paraná, das investigações que estão sendo feitas e assim por diante.

Infelizmente, por razões que não cabe aqui discorrermos agora, precipitou-se o fato e veio a público.

É preciso dizer ao deputado Algaci Tulio e aos companheiros todos da Assembléia, que o deputado Nereu merece toda a nossa solidariedade, porque em nome do PMDB acabou conduzindo não da forma como gostaríamos que acontecesse, de não ter sido precipitado na imprensa, mas acabou estando a frente da busca destas investigações. O nosso objetivo era exatamente aquele, quando o Líder o PMDB acompanhado da minha pessoa e de outros deputados, levou a Vossa Excelência os documentos para que procedesse as investigações necessárias e em conversa com o deputado Algaci e com o Alborghetti e outros, como no caso do PMDB que apareceram, tivessem a possibilidade de fazer alguma investigação.

Sei que muita coisa que foi dita aqui foi em função do calor da discussão. É um momento difícil para nós, mas tem duas coisas que me preocuparam, senhor presidente e gostaria de externá-las.

Em primeiro lugar, sei pelo momento que está passando o deputado Algaci. Convivi com o deputado nesses últimos oito meses, tanto na CEI do crime organizado, como agora, nas poucas participações que tive na CPI.

Sei do momento difícil que está passando. Talvez o que foi expressado, tenham sido em função das circunstâncias, mas é que precisa ficar claro. O deputado Algaci diz que o documento que existe, não é o documento que foi entregue a Vossa Excelência e que existe um documento com um número maior de nomes. O deputado Rossoni perguntou à presidência da Casa, se a presidência tem conhecimento. É melhor que todos tenham conhecimento disso, porque não dá para pairar dúvidas sobre qualquer um. Em primeiro lugar, se tiver algum nome, precisa ser investigado o que é que aconteceu em relação àquele nome que está sendo citado lá e mais algum nome, porque se não, começam, nos corredores, a dizer o seguinte. “Ah! O deputado Vanhoni recebeu 40 mil reais, 30 mil, 20 mil reais e por isso, o deputado Vanhoni não está querendo investigar. O deputado Ademir Bier recebeu tanto; o deputado Élio Rusch recebeu tanto”.

Então, para que não paire nenhuma dúvida sobre o conjunto da Assembléia é melhor que se divulgue a integralidade e requisito do Ministério Público do Estado do Paraná a integralidade da lista, porque compete ao Ministério Público que fez o mandado de busca e apreensão na Casa do senhor Paulo Mandelli, que divulgue de forma definitiva, a lista existente e a lista apreendida. Talvez caiba ao Ministério Público que publique a lista oficial que foi apreendida na casa do empresário fulano de tal, Paulo Mandelli, etc., etc.

Digo isso porque a sociedade espera de nós e espera dessa CPI algo diferente das outras CPI's e essa CPI tem uma natureza diferente, um método de trabalho diferente das outras CPI's. Com esta CPI estão envolvidos o crime, senhor presidente. Estão envolvidas pessoas com acusações não de sonegar imposto para a Receita Estadual ou Federal, não de adulteração de combustível, não de solvente no posto de gasolina “x” ou “y”, não de

remédio que não foi dado baixa na contabilidade da empresa, na farmácia ou no laboratório, não do produto hortifrutigranjeiro que nos supermercados estão sendo colocados com preços superfaturados.

Nesta CPI, pessoas estão sendo acusadas pelos depoimentos que foram tomados de crimes de assassinatos. Nesta CPI tem delegados de polícia, policiais que estão sendo acusados por depoimentos que vêm a esta Casa e que vieram à Comissão Nacional e que vieram à CEI, de participarem do crime organizado, seja do desmanche de carros, seja do tráfico de drogas. Então, a natureza desta CPI é completamente diferente das outras. Para esta CPI a população que deseja fazer qualquer denúncia que seja, precisa se sentir absolutamente resguardada de que as denúncias serão feitas e as pessoas terão segurança da sua vida, da sua integridade, da sua família ao virem aqui à Assembléia Legislativa e prestar um serviço à sociedade paranaense e, à Justiça, dizendo o seguinte: “fulano de tal é um homem criminoso”, mas não é um criminoso comum, do ponto de vista do que tradicionalmente apontamos, sonegou imposto, falsificou assinatura, fez uma nota fiscal fria. Não é isso! Isso é um crime que se resolve, do ponto de vista financeiro. O crime que a CPI está investigando, é um crime que muitas vezes, se for comprovado, são 30 anos de cadeia. Significa o seguinte, que quem veio aqui depor, precisa ter muita coragem para vir depor e precisa ter credibilidade e segurança que a CPI em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, vai dar essa segurança, que as investigações vão ser levadas até o fim, até o cabo, mais do que isso, que os depoentes terão minimamente, segurança e via de regra, senhor presidente, quem vem denunciar um crime, seja ele desta natureza, de tráfico de drogas, de roubo de carros, de desvio de cargas ou até de desaparecimento de crianças, como é o caso que já aconteceu, são pessoas que, via de regra, estão envolvidas nessa atividade criminal e precisam de, por uma forma ou de outra, chegar à conclusão de que tem que vir prestar esse serviço à sociedade, precisam ter no mínimo, a segurança de que a CPI vai apurar com imparcialidade, com isenção e mais do que isso, vai dar garantia aos depoentes.

Quero me reportar a algo que vi pela TV porque não pude presenciar aqui a Assembléia, porque não pude comparecer. Estava viajando no dia anterior, cheguei e no dia seguinte tinha o depoimento e não pude presenciar.

A CPI do Narcotráfico e o deputado Algaci Tulio e Ricardo Chab poderão explicar depois, convocou três pessoas para depor relativas ao caso do Hissan. O Hissan é um empresário em que sobre ele recaem acusações as mais graves, assassinatos de crianças, de outras pessoas e de ser um dos grandes narcotraficantes da região de Curitiba e Região Metropolitana, homem que possui helicópteros, que possui um patrimônio fabuloso, que veio depor, ficou preso na Polícia Federal por 40 dias, está solto, está sob investigação, vai responder a processo na Justiça. Sobre ele, pesam essas acusações.

A CPI da Assembléia Legislativa convocou três pessoas para deporem na semana passada. Essas três pessoas viriam depor, não relativas ao processo de tráfico, mas sobre acusações que pesam a este homem, do ponto de vista mais grave: crime de mando de assassinato, mando de homicídio.

Pois bem, no dia, no momento em que os três depoentes estavam aqui na Assembléia Legislativa, depondo, as testemunhas, um era preso e as outras duas não eram. Este homem entra no Plenário da Assembléia Legislativa, acompanhado dos seus advogados e se posta no Plenário, nas costas dos depoentes e fica, durante o interrogatório inteiro, assistindo o depoimento das testemunhas que estavam tentando incriminar ou dando contribuição para corroborar nas acusações, no processo de investigação ao senhor Hissan Hussein.

Este comportamento, a CPI tem que deixar claro.

O senhor Hissan vai se defender na Justiça. O senhor Hissan virá na Assembléia Legislativa e prestará depoimento à CPI quando for devidamente convocado para que a CPI possa investigar se ele é traficante, porque suspeitas de que ele é traficante, já existem. Indícios de que o homem participa de atividades ilegais, ilícitas, com o crime organizado, existem as mais severas. Então, o nosso lado, o lado da Assembléia é o lado contra o crime, é o lado contra a ilegalidade, é o lado, infelizmente, ao senhor Hissan Hussein.

Então, no meu entendimento, ele não poderia estar presente, quando uma testemunha seja presa ou não, estava fazendo algum depoimento que pudesse incriminá-lo, porque a sua presença livre e solto, no momento do interrogatório, significa o seguinte, significa o processo aberto de intimidação ao processo de investigação em curso. Que isso não se repita nunca mais. Nunca mais. O senhor Hissan virá à Assembléia Legislativa, quando for devidamente convocado e a CPI só deve lhe convocar, quando junto com o Ministério Público do Estado do Paraná e quando os organismos de investigação da Polícia, já tiverem condições de colocar o senhor Hissan atrás das grades, ou, no mínimo, estabelecer o contraditório entre as suas afirmações de defesa e aquelas de sua acusação, porque senão, vamos permitir isso, que o Hissan venha aqui dentro da Assembléia Legislativa, intimidar pessoas que já depuseram contra ele lá na CPI Nacional, lá no Ministério Público e agora, aqui dentro, na CPI que está em curso.

Isso é mais grave do que qualquer outra coisa. Pior que isso, senhor presidente, não tenho autorização, mas vou revelar. Este senhor, este empresário, sobre acusação que ficou 40 dias preso na Polícia Federal, pesa contra ele assassinatos, mandos de morte, este senhor ficou aqui, assistiu os depoimentos todos, depois foi embora, e lá pelas 7, 8 horas da noite, quando um deputado se dirigia para sua casa que é do outro lado da cidade, onde mora o senhor Hissan, o senhor Hissan aguardou a saída deste deputado aqui na Assembléia Legislativa e seguiu o seu carro durante 5 quilômetros e encostou o seu carro lado a

lado do deputado, olhou para o deputado, no sinaleiro, como quem diz: “olha aqui, deputado, pare de me investigar porque eu estou de olho no senhor”.

Este gesto, senhor presidente, o empresário Hissan vir à Assembléia Legislativa, intimidar as testemunhas com a sua presença, um juiz de direito só faz isso, no momento que tiver a oportunidade de fazer acariação, e pior do que isso, seguiu um deputado, e claro, inequivocadamente, encostou o carro ao lado do deputado, às 8, 9 horas da noite, em direção completamente inversa daonde o senhor Hissan mora. O que isso significa? Que os membros da CPI, deputado Valdir Rossoni, que querem buscar se realmente o Hissan tem crime, não tem crime. Se é traficante, não é traficante. O Ministério Público e o relato que se tem de pessoas que vivem neste mundo, dizem que o homem é um dos grandes empresários deste crime.

O deputado que quer fazer investigação, que quer ajudar no processo de investigação, que quer ir buscar informações, que quer ir conversar com o preso lá no presídio, para saber se o preso pode dar alguma informação, que quer ir se reunir com o promotor, que quer ir conversar com delegado, que quer ir conversar com policial para trazer informação, eu me pergunto: se permitirmos que o Hissan continue fazendo, o Hissan ou qualquer um, desses que estão arrolados, se permitirmos que esse tipo de procedimento aconteça, vocês imaginem o seguinte: se faz isso com o deputado, o que não vai fazer com a testemunha que vier aqui na Assembléia dizer o seguinte: “não, esse homem é traficante mesmo, este homem transporta drogas no seu helicóptero”. O pobre coitado, o João, o Zé, que mora lá na periferia de Araucária ou da região metropolitana da nossa cidade, então é grave!

Então, vai aqui um alerta, deputado Algaci, deputado Ricardo Chab, os companheiros que fazem parte da CPI, não podemos permitir isso em hipótese alguma. É grave! É grave! Mancha a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para o resto da vida, e não queremos isso.

O Sr. Nereu Moura

Esta vinda do empresário Hissan na Assembléia, sem ser convocado, ele depôs nesse dia ou os advogados dele usaram da palavra na Comissão. Vossa Excelência tem conhecimento que os seus advogados ou ele, usaram da palavra mesmo não sendo convocados?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não tenho esse conhecimento, quem pode dizer isso é o deputado Algaci, que estava, o deputado Strapasson, deputado Ricardo Chab, estava presente e acho que a deputada Serafina também estava presente, deputado Algaci sabe disso.

Não pode isso acontecer. O deputado que foi intimidado, foi o deputado Strapasson. Não tenho autorização, mas fiz questão de vir aqui colocar isso em público,

porque o Hissan, se quiser vir conversar, virá conversar aqui conosco de cara a cara. Ninguém tem medo do Hissan, a Assembléia Legislativa não pode ter medo de narcotraficante. Ninguém tem medo do Hissan. Vai ter que vir aqui e intimidar os 54 deputados.

É isso, senhor presidente.

O Sr. Ricardo Chab

Quanto a vinda do Hissan ao Plenário, eu disse uma frase ao advogado do Hissan e vou repetir para que o senhor reflita. Eu disse assim: “o senhor não precisa vir aqui, se o seu cliente não deve, ele que durma tranquilo. Se ele deve, a CPI Estadual vai alcançá-lo”! Só isso que eu disse. Acho que essa é a postura que temos que ter na CPI. E eu, particularmente, a minha opinião é a seguinte: achei aquilo um absurdo. Acho que a presença de um cidadão que está sendo citado o tempo todo numa audiência pública, é, no mínimo, intimidativa. Então, achei aquilo um absurdo. Agora, eu até, quando vieram me falar que o senhor Hissan estava no Plenário, pensei em pedir para que ele se retirasse, mas a audiência é pública. Ficamos ali, inclusive, numa situação discutindo ao pé do ouvido com o presidente, e eu falei: como é que ficamos agora? O deputado Edson Strapasson até estava também, acho, na sessão.

Então, criou-se ali uma situação de momento que é uma coisa interessante mesmo. E estamos aprendendo a fazer a CPI nesta Casa. Confesso para vocês que ativamente é a primeira CPI. Participei lá atrás de outra: da prostituição infantil e coisa e tal, mas não num caso tão complicado, onde as taquígrafas estavam trabalhando e sentiram-se com medo. Outras pessoas sentiram ali que a coisa tomou realmente um clima que não era para tomar.

Então, vamos amanhã para Araucária. Se esse clima foi gerado aqui, distante da cidade, imaginem amanhã lá em Araucária. Então, por isso, quero convidar o senhor e os demais deputados para que todos nos façamos presentes amanhã lá, para que o nosso grito seja um só. Sabe, porque, de repente, amanhã à tarde, a partir das 16:00 horas, em Araucária, a coisa pode dispersar.

Então, o que quero aqui, é até fazer um apelo para os demais deputados, sabe, para nós aqui como poder mesmo, possamos fazer - não peguei todo o seu pronunciamento, só o final, porque eu estava em audiência - mas quero colocar aqui o meu pensamento: acho que não podemos deixar, nenhuma pessoa citada em qualquer CPI, senhor presidente, como suspeita, assistir a CPI. Como vamos ficar?

O SR. ÂNGELO VANHONI

E o que é mais grave, deputado Ricardo Chab, assistir a CPI quando tinha 3 depoentes que vinham falar exatamente dele. Mas isso é inconcebível. Você imagine só, se passou medo pelo deputado Algaci, se passou o constrangimento ao relator, que é deputado estadual, o senhor imagine nas testemunhas. As testemunhas que

vieram colaborar e podem dizer de boca de ouvido e dizer o seguinte: “olha, na casa tal vocês vão encontrar tal coisa. Aquela pessoa que morreu tal dia foi fulano que matou, e matou porque mandou matar não sei quem, por causa de uma bronca dessas”. A testemunha fala para a gente, e eu sei porque fui presidente da CEI e participei de duas sessões da última CPI. A testemunha revela as coisas para nós quando ela sente confiança, quando ela percebe que pode realmente contar as coisas. É verdade ou não é, deputado Neivo? Não é diferente. Agora, como é que a testemunha - o senhor imagine esses depoimentos só, borracha neles, não sei se a gente vai poder pegar de volta.

O Sr. Ricardo Chab

Concordo com o senhor, não tenho porque discordar do seu pensamento. Agora, quero colocar aqui é o seguinte: temos que ter mecanismos. E aqui quero pedir, inclusive, para o presidente o auxílio. Estamos fazendo uma CPI ali que é uma coisa muito séria, estamos lidando com vidas humanas, são pessoas que se dispõem, são pessoas seres humanos que se dispõem a vir publicamente para falar de alguém.

E aí a cautela que estamos tendo, inclusive, a cautela pessoal, e aqui quero, inclusive, fala do presidente também com a cautela pessoal, não expor ninguém, para que de repente a nossa CPI Estadual, presidente, não gire, ou seja, não seja o fator para causar um problema maior numa família que é culminar com uma morte, a coisa é muito séria, é muito mais séria do que alguém pode pensar.

Como a minha vivência de jornalista de 22 anos, deputados, posso dizer para vocês que essa cautela todos temos que ter aqui dentro, porque a coisa é muito séria. E olha que ninguém me tira da cabeça, quero deixar isso bem claro, que a presença do senhor Hissan aqui não foi para se defender, foi para intimidar. E não foi para intimidar a mim, a mim não, não devo nada para ele, tanto que deixei claro para ele que se ele deve a CPI o alcança.

Agora, veio para intimidar aquelas pobres pessoas que aqui vieram, com certeza. E amanhã em Araucária, temo pelo pior, por exemplo. Temo, porque estamos aqui buscando, a minha ausência do Plenário é exatamente essa, 03 pessoas que foram vítimas do senhor Hissan, que o viram cara a cara. Uma delas levou cinco tiros e ficou parálitica. Quero ver amanhã como é que faz! E, quero perguntar a esta Casa como pode como é que faz? A sessão era pública e podemos impedir que o cidadão chegue lá?

Então, o regimento da Casa tem que ser alterado. A sessão da CPI é pública sim, mas só não é pública para aquele que é citado nela. Ela não pode ser pública para o cara que está sendo acusado porque senão daqui há pouco eu, Ricardo Chab fico na linha de frente como o senhor ficou um tempo, o deputado Algaci ou qualquer um. Temos que alterar o regimento sim e tem que ser já! Não é o fato de cercear a defesa para nin-

guém porque ele vai falar no momento certo e deixei isto claro naquela noite, ele vai falar quando a nossa CPI já tiver levantado tudo, quando a nossa CPI não só tiver o testemunho mas a prova documental, material, que precisamos ter. Aí é o momento dele vir aqui falar, não agora com dois advogados e fazendo o teatro que a gente está acostumado.

Então, quero dizer aqui, e este é um pensamento muito particular meu, ou, presidente, tomamos um caminho de mudar nosso regimento com relação à CPI ou estamos expostos, pelo menos a nossa CPI do Narcotráfico que é uma CPI complicada, todos vocês sabem disso.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Vanhoni, primeiro lamento sua ausência na CPI porque Vossa Excelência, pelo conhecimento que tem, pelo que fez na Comissão Especial, teria, sem dúvida alguma, muito a contribuir para que pudéssemos levar a bom termo, e levaremos se Deus quiser, contra tudo e contra todos, a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado.

Em segundo lugar, lamentar que começa um bombardeio em cima da CPI do Narcotráfico. Ataques de um lado, ataques de outro. Tenta-se achar uma forma de denegrir os seus participantes, de não dar credibilidade à CPI e isto é um trabalho contra a Assembléia.

Em terceiro lugar, deputado Vanhoni, estávamos numa audiência pública e esta CPI tem tido a preocupação de tomar depoimentos sigilosamente, reservadamente, como fizemos na Comissão Especial até para dar garantias a estas testemunhas porque o Paraná não tem ainda um Programa de proteção às Testemunhas. Há um anteprojeto do deputado Hermes Fonseca, há uma intenção da própria CEI quando fez também algumas sugestões e estamos tentando oficializar o mais rapidamente possível este Projeto de Proteção às Testemunhas.

Agora, a sessão da última quarta-feira era pública, já havíamos tomado alguns depoimentos reservados e aqueles que se propuseram a fazer a audiência pública vieram. Um, inclusive, veio com capuz e o outro apareceu e se colocou à disposição para falar abertamente.

Mas, ninguém tem bola de cristal para reconhecer o senhor Hissan. Talvez se tivesse visto ele entrando na porta o tivesse reconhecido mas só demos conta da sua presença, e, ele não estava desde o começo da sessão, depois. Ele estava acompanhado de 2 advogados e fizemos a recomendação e chamamos a atenção quando descobrimos o Hissan. Pedimos que ele saísse do Plenário e fizemos a recomendação de que se alguma coisa viesse acontecer a alguém que estivesse naquele Plenário, alguém que estivesse depondo, o primeiro suspeito seria o senhor Hissan.

E, esta CPI não vai ouvir o Hissan tão cedo. Só vai ouvir quando a CPI nacional terminar seu relatório porque ele é cliente da CPI Nacional, está sob a custódia da CPI Nacional, está sob investigação da CPI Nacional e

do Ministério Público. Vamos ouvi-lo a hora em que a CPI Nacional nos encaminhar uma cópia do relatório final e nos apontar: tem que se ouvir este, aquele e mais aquele. Aí vamos ouvir. Ninguém convidou o senhor Hissan. Ninguém vai ouvir o senhor Hissan amanhã, em Araucária. Já tomamos todas as providências. Faremos amanhã uma sessão no fórum da cidade. Aliás, só estamos indo a Araucária a pedido do pessoal da Justiça e a pedido da população, que está incrédula com o que aconteceu. E Vossa Excelência sabe, o senhor Hissan teve a Cara de pau, de tão logo pegando a liberdade, promove um baita de um foguetório na cidade, que parecia final de resultado de alguma eleição. Então, a população está indignada.

E é por esta razão que, nós parlamentares, e espero que Vossa Excelência também compareça, vamos lá, nos colocar frente a frente. Vamos tomar todo o cuidado, porque aqui foi uma surpresa. Era uma audiência pública. Não podíamos exigir: quem é este e quem é aquele. Mas, se tivéssemos visto, no primeiro instante, que era o Hissan que estivesse entrando, depois, perante todos, deputado Ricardo Chab, deputado Strapasson é testemunha, de que se houvesse qualquer manifestação, se viesse a acontecer alguma coisa a familiares daquelas testemunhas ou qualquer pessoa do Plenário, ele seria o primeiro suspeito.

Então, tomamos as providências, muito embora até tardiamente, mas tomamos. Fomos surpreendidos pela sua coragem, até, de vir colocar esta intimidação. Mas, tenha a certeza, deputado, ninguém vai fazer o jogo do senhor Hissan. Se foi esta a intenção, de tentar jogar as coisas no Plenário, pode ter a certeza de que vamos trabalhar no sentido de fazer colocá-lo no devido lugar.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não é isso. É que veja bem, não podemos permitir. Isto nunca aconteceu e não pode acontecer. Não é coragem. Isto chama-se “cara-de-pau”. “Cara-de-pau”! O homem veio aqui para intimidar as pessoas que iriam depor contra ele. Não era para intimidar Vossa Excelência, nem a mim, nem a nenhum dos deputados. O homem veio aqui para dizer o seguinte: “escuta, não mexam comigo”. Ele veio dizer isso. E depois, agravou mais ainda, no caminho para Colombo, na Via Rápida, a noite, encosta o carro ao lado do carro do deputado Strapasson, quando sai daqui da CPI! Tinha que chamar a Polícia Federal e fazer o interrogatório com este homem, agora! O que é isso!? Não estamos brincando! Estamos enfrentando o crime organizado! Vamos parar de brincadeira!

Deputado Strapasson tem o aparte.

O Sr. Edson Strapasson

Deputado Vanhoni, já que fui citado, numa questão que pretendia conversar em outro momento, mas não posso perder esta oportunidade, de contestar, e isso falei, os deputados Algaci Tulio e Ricardo Chab são testemun-

has, logo após o Hissan, que nem sequer tenho a liberdade de chamar de empresário, pra mim ele não é empresário coisa nenhuma, que se posicionou daquela forma. Acho que infelizmente citei que, em primeiro lugar, a CPI tem que ter, mesmo em suas audiências públicas, um critério de credenciamento, porque a CPI Nacional veio aqui, fez audiência pública e muitos assessores de gabinete não puderam entrar porque não estavam credenciados.

Então, não entendo como permitimos este indivíduo entrar numa audiência pública para intimidar, claramente, suas testemunhas. Mas isto até dá para admitir que foi falha, foi um erro. Agora, o que não dá para admitir, e relato aqui, agora, tivemos uma testemunha que entrou encapuzada porque não queria se identificar publicamente e tivemos de parte da platéia o convite ao senhor Hissan para vir identificar se conhecia aquelas testemunhas depoentes. Isto é um absurdo! Quer dizer, você chamar um elemento que vem encapuzado de medo de se identificar, ser chamado o Hissan para identificar se conhecia a testemunha, numa acareação entre o Dideão e esta testemunha, que veio secretamente, que não quis revelar, inclusive, o nome.

Então, veja bem, colocamos o Hissan em frente uma testemunha que veio encapuzada, secretamente, pediram ao Hissan vir voluntariamente, como se fosse uma pessoa de bem, talvez uma pessoa que merecesse toda a credibilidade, para identificar. isto é o cúmulo do absurdo! E vem aqui o meu protesto. Isto digo, aqui, porque depois levantei e fiz um pronunciamento, dizendo. E permitimos na sequência, que o indivíduo que foi perguntado, interrogado na frente do seu Hissan sobre uma questão de citação do Hissan como narcotraficante, e logicamente ele disse assim: ouvi dizer. É evidente que ele disse de medo. E demos um palanque gratuitamente para o seu Hissan com os seus advogados, altos advogados, fazer um pronunciamento de defesa como se ele fosse a pessoa mais inocente e mais injustiçada da nossa cidade.

Então, infelizmente o advogado levantou perante a televisão, perante os membros da CPI, fez um pronunciamento se colocando à disposição para ajudar, colaborar e punir os traficantes. Infelizmente, olha, isto me irritou e falei para o Algaci que estaria indo embora porque não queria aguentar mais isto. Agora, quanto ao fato de ter seguido para querer intimidar nem me preocupa, porque se foi coincidência, que acho impossível, nem me preocupa e se foi para intimidar também não me preocupa porque quem se identifica é porque realmente quer intimidar aqueles que correm.

Então, cometeram-se erros gravíssimos na hora que se chamou o Hissan na frente para identificar a testemunha que veio encapuzada. E citando aqui teve um cidadão que ia depor, o pai da menina que foi sequestrada, até que entrou em problema de saúde, na hora foi atendido pelos médicos, porque viu a duas poltronas na sua frente nada mais, nada menos que o Hissan e sua esposa, ladeados de dois advogados de alto escalão.

Então, veja bem, este tipo de coisa acho que reformulamos, paramos com a CPI para reavaliar a estrutura de apoio e outra coisa - ou vamos atacar de frente ou vamos realmente fazer palanque aqui para vir gente que tem muita coisa para explicar à justiça vem se posar de inocente aqui como se nada pesasse ou se aquilo que pesa contra ele fosse apenas calúnia ou infâmias atribuídas a ele.

Então, vem aqui o nosso protesto desta questão como foi conduzida. Infelizmente não é momento, mas não posso deixar de citar isto.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, como o senhor vê, acho que precisa ter uma profunda reflexão daqui para a frente como conduzir a CPI do narcotráfico, do crime organizado. Ela trata de crime as pessoas que fizeram perguntas e forem fazer investigação começam a sofrer processo de ameaça, começam a sofrer processo de ameaça daqueles que já estão denunciados, fora os outros ainda que precisam ser denunciados que fazem parte do crime organizado.

Por isso acho que garantia não só para os depoentes. É urgente. Semana que vem, esta semana, deputado Algaci, tem que colocar em regime de urgência o sistema de proteção a testemunha, votar. Põe no Plenário para votar. Se precisar fazer emenda a gente emenda aqui no Plenário para votar. Projeto igual a São Paulo, projeto igual ao do Rio de Janeiro, o projeto que tiver lá. Vamos fazer uma lista de assinaturas aqui e por em regime de urgência. Sem isto a CPI não tem condições de ir para a frente. E mais do que isto, não permitir este tipo de coisa que o Hissan fez aqui - vir intimidar deputado aqui na Assembléia Legislativa? Pare com isto, pare com isto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero, acho oportuna esta discussão realmente, até porque disse bem o deputado Chab, o forte da Casa não é CPI. É que nós, nesta gestão, realmente estamos enfrentando e estamos praticando cinco aqui na Casa. O problema é realmente sério e é importante que se diga, um projeto de minha autoria, inclusive, já aprovado e já sancionado dá todos estes poderes para a CPI já prevendo exatamente situações de embaraço como esta.

Não podemos permitir de maneira nenhuma que deputados ou que depoentes sejam ameaçados ou intimidados numa reunião como esta. É evidente que não somos obrigados a conhecer o seu Hissan. Eu também não o conheceria. Se entrasse aqui agora poderia estar até desfilando aqui por dentro. Agora, não podemos permitir isto em hipótese alguma. A reunião é pública. Assistimos a um episódio muito parecido com este nas Alagoas, onde entrou alguém lá intimidando todo mundo. Quer dizer, é o embaraço. Temos que ter segurança. Temos que estar preparados para isto. Nunca neguei das dificuldades de uma CPI, aqui, na Assembléia. Eu, em tom de blague, sempre disse que a CPI do Narcotráfico deveria ser na Penitenciária do Ahú, porque os ouvintes são todos de lá

mesmo e ficava mais fácil. Não temos esses mecanismos, aqui, para toda essa segurança. De repente um solta uma bomba, outro atira em um vidro. Vimos isso. Temos que procurar evitar com aquilo que temos.

O que é importante é que esta Casa não vai se furtrar, em momento algum, porque tão logo terminou esta sessão, o deputado Algaci Tulio me passou tudo o que tinha acontecido nesse dia. Apenas, desconhecia esse episódio do deputado Edson Strapasson, o resto sabíamos tudo. O deputado disse: "Aconteceu isso, isso e isso, quando vimos estávamos de frente com o Hissan." É difícil e temos que reconhecer todas essas limitações. Não se pode fazer com que isso se repita. As reuniões que não sejam públicas, se for o caso, quando houver a ouvida de testemunhas, para dar mais segurança a elas - sei lá quais os mecanismos que a própria comissão pode discutir entre ela, como estão feitos em outros Estados e assim por diante.

É importante isso e quero que fique bem claro, que não quero imaginar que o deputado Vanhoni, em momento algum, na sua fala, quis criar qualquer tipo de insinuação ou crítica às comissões. É claro que temos que corrigir todas essas falhas. E como disse: a especialidade da Casa ainda não é a CPI e tomara que não nos especializemos nisso.

Liderança da Oposição; Liderança do Governo já falou.

Apenas para esclarecer, antes de passarmos à Ordem do Dia, o projeto de autoria do deputado Hermes Fonseca, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual de Proteção às Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais, está já na CCJ, para receber parecer.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Divanir Braz Palma, na qualidade de Líder do PST, constante do expediente, indicando seu nome para titular da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Combustíveis. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 03 (três) de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/00, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/00, de autoria do deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Moradores do distrito de Alecrin, com sede e foro no município de Curiúva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/00, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Provopar Municipal - Ação Social, no município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/00, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube dos Idosos São Luiz Gonzaga, com sede e foro no município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/00, de autoria do deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública a Fundação Exclusiva Educativa, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 037, de 24.04.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 118/00

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tony Garcia, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Fundação Exclusiva Educativa, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável.

(a) Sala das Comissões, 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/00, de autoria o deputado Nelson Justus, que dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de Revisão Constitucional e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 049, de 11.05.2000).**

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/00

P A R E C E R :

O presente projeto de resolução, de autoria do deputado Nelson Justus, dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional.

Chamada a opinar, com base no § 1º do art. 33, do Regimento Interno, a Comissão Executiva não encontrou nenhum óbice para a normal tramitação da presente proposição nesta Casa de Leis.

Sendo assim, sabedores da imperiosa necessidade de disciplinar os trabalhos da revisão constitucional, apresentamos nosso parecer favorável à presente proposição, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 920, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 921 a 924, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 925, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 932 a 935, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 936 e 937, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 938, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 940 a 942, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 943 e 944, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 945, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 948, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 949, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 950-A e 950-B, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 947, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Antes de darmos início a outra sessão, quero fazer um comunicado à Casa: a Mesa Executiva adotou como praxe e uma norma, que não cederá o Plenário da Casa, para nenhum tipo de convenção partidária. Já negamos a um Partido político e vamos negar para todos, todos os Partidos. Foi feita uma reforma, na Casa, tem tantos lugares, os Partidos, todos eles - eu, como ex-presidente de Partido posso dizer - todos eles têm condições de locar qualquer estabelecimento aqui na Casa.

Então, que não se procure dar imagem política a um assunto desses, não, a todos os Partidos será negado o Plenário desta Casa. O Plenário, enquanto não estiver reformado, nós cedemos, mas o Plenário em hipótese alguma vamos ceder.

Então quero fazer este esclarecimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 131/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/2000 e do Projeto de Resolução nº 012/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 112, 179, 233, 317, 384/99; 121, 122 e 142/2000.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 63/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de CELIA REGINA PEREIRA DE OILIVEIRA, matrícula 40345, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Serviços Especiais, o tempo de seis (06) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3940/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.05.2000.

PORTARIA Nº 64/2000

conceder, a SIMONE SALLES BELINATI, matrícula nº 40165, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo nível 61, licença sem vencimentos, pelo prazo de dois (02) anos, de acordo com o artigo 210, incisos I e II e artigo 240, § 2º da Lei nº 6.174/70.

(Prot. nº 4089/2000)

PORTARIA Nº 65/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de ILMA ELIZABETE MOREIRA MACENO, matrícula 40178, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada no Gabinete da Procuradoria, o tempo de seis (06) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3269/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 22.05.2000.

PORTARIA Nº 66/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de URSULA FLORINDA KUSTER,

matrícula 40159, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada no Setor de Expediente, o tempo de seis (06) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2420/2000)

PORTARIA Nº 67/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de ELIANE MARIA DE ASSIS CORRÊA CARLBERG, matrícula 40485, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Advogada nível E-07, lotada no Gabinete da Procuradoria, o tempo de seis (06) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2665/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.05.2000.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 588/99, 038/2000, 063/2000, 073/2000, 084/2000, 124/2000 e 136/2000, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
 Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Ademir Luiz Traiano apresentou redação final ao Projeto de Resolução nº 016/99, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 131/2000, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 007ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE MAIO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Antonio Annibelli e Nelson Tureck.

Às dezessete horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 611/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Ciretran no município de Rio Branco do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E S.P.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/99, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma delegacia na localidade do Cachoeira, no município de Almirante Tamandaré. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 126/00, de autoria do deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública o Grupo Empresarial de Apoio ao Atleta Profissional - GEAPEC, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 631/99, de autoria do deputado Carlos Simões, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Nilso Romeu Sguarezi. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 185, de 02.12.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 631/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Carlos Simões, tem por objetivo conceder título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao senhor Nilso Romeu Sguarezi.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, constatou-se a falta de alguns documentos, necessários a normal tramitação do projeto de lei, como o "*curriculum vitae*" do homenageado.

Pelo exposto, opinamos pela diligência da presente proposta ao autor, para que sejam anexados ao bojo do presente projeto os documentos necessários.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDIR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 631/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Carlos Simões, tem por objetivo conceder título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao senhor Nilso Romeu Sguarezi.

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto a legalidade e constitucionalidade da matéria, após diligência ao autor, para que fosse anexado ao bojo do Projeto o "*curriculum vitae*" do homenageado, opinamos pelo Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDIR PUGLIESI - Relator

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Quero parabenizar o deputado Carlos Simões, pela idéia brilhante que teve em homenagear um dos mais ilustres advogados e políticos do nosso Estado. Ex-presidente deste parlamento, 4 mandatos de deputado estadual, constituinte federal e que saiu da vida pública sem nenhum arranhão que pudesse denegrir a sua imagem.

Nada mais justa essa homenagem ao grande cidadão Nilson Romeu Sguarezi de quem tive a honra de, no início da minha vida pública, ser seu assessor nesta Casa.

Por isso o deputado Carlos Simões merece aqui os nossos aplausos por ter reconhecido o nosso querido amigo e grande cidadão paranaense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 30, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL- dos Projetos de Lei nºs 588/99, 038, 063, 124/00 e do Projeto de Resolução nº 016/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 631/99

Levanta-se a sessão.